

Capítulo III

1

Intenções e gestos na formação de um público leitor no Brasil: proximidades e afastamentos

Carlos Drummond de Andrade “serviu” o Estado Novo como funcionário que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela da sua dignidade ou autonomia mental. Tanto assim que as suas idéias contrárias eram patentes e foi como membro do gabinete do Ministro Capanema que publicou os versos políticos revolucionários de Sentimento do Mundo e compôs os de Rosa do Povo. Já um Cassiano Ricardo se enquadrou ideologicamente e apoiou pela palavra e pela ação, porque o regime correspondia à sua noção de democracia autoritária e nacionalista, (...). Outros que nem vale a pena nomear, para poderem repousar com menos infelicidade no seio de Deus, eram pura e simplesmente escribas vendidos, sem alma nem fé.

(Antônio Cândido)

No dia 29 de dezembro de 1943, Getúlio Vargas assumiu a Cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras. Em seu discurso de posse¹⁷⁵, o então Presidente da República confessava jamais ter pretendido ser “escritor de ofício, um cultor das belas-artes”. Apesar disso, dizia não se sentir um estranho entre aqueles “mais elevados expoentes da inteligência brasileira”¹⁷⁶. Além disso, embora ressaltasse que a política era uma atividade, necessariamente, intelectual, admitia uma profunda diferença entre a forma de expressão do político e a “dos homens de pensamento, as inteligências cultas e desinteressadas, os espíritos de alto quilate moral”. Estes seriam “possuidores do divino dom de transmitir, aos semelhantes, as conquistas culturais, os anseios piedosos, os arrebatamentos da paixão e da fé”. Quanto ao político, caberia a “obrigação de comunicar-se com o público com precisão e clareza, explicando idéias e problemas de governo, esforçando-se por fazer-se ouvir e compreender”¹⁷⁷.

¹⁷⁵In: Anais da Academia Brasileira de Letras, volume XI, p.379 a 394, Rio de Janeiro, 1944. Todas as remissões a esse texto serão indicadas doravante pelas iniciais ABL, seguidas pelo respectivo número da página.

¹⁷⁶ABL, p. 380.

¹⁷⁷Ibidem.

Visto isso, pode-se indagar qual razão permitia, ao recém-empossado, se sentir cômodo na casa que seria abrigo de “espíritos serenos, que olham a vida em termos de categoria filosófica e usam as lentes da perspectiva histórica para observar com imparcial frieza os acontecimentos da atualidade” ¹⁷⁸. A resposta pode ser encontrada no próprio discurso de Getúlio.

Saudando os demais imortais ali presentes, Getúlio destaca o embaixador e, à época, presidente da Academia, José Carlos de Macedo Soares, “que foi meu eficiente e dedicado Ministro de Estado”; o professor Levi Carneiro, “que emprestou ao governo, em muitas oportunidades, as luzes da sua cultura jurídica” e o Ministro Ataulfo de Paiva, “magistrado de altas virtudes, filantropo e homem de extensa projeção social”. Havia, portanto antecedentes: aqueles três homens teriam se destacado na condição de ocupantes de cargos da alta hierarquia do serviço público.

Não que isso representasse grande novidade: entre os fundadores da Academia figuravam Joaquim Nabuco e Rui Barbosa que tiveram efetiva atuação política, inclusive parlamentar. É verdade que Machado de Assis, em 1888, teria comemorado a derrota do poeta Luís Murat – outro fundador da ABL – nas eleições legislativas: “Não fazem mal as musas aos doutores, disse um poeta; podem fazê-lo aos deputados” ¹⁷⁹.

Não era somente isso, no entanto. Para explicar seu conforto na cadeira que tem como patrono Tomás Antônio Gonzaga, Getúlio destacaria dois momentos que teriam marcado de maneira distinta as relações entre os “homens de pensamento” e os “homens de ação”.

O primeiro coincidiria com a época da fundação da “Casa de Machado de Assis”, 1897, quando, “passadas e esquecidas as agitações que auspicaram o advento da República” teria havido um distanciamento entre “homens de pensamento” e o “mundo da política”, um “divórcio” entre “a pura análise espiritual, a seriação e o estudo da realidade através das artes e as atividades chamadas práticas”. Para Getúlio, naqueles primeiros anos de República, o texto preciso do político não se imiscuiria a imprecisão do poeta:

¹⁷⁸ABL, p. 381.

¹⁷⁹OC, p. 499.

Poeta era, ao tempo, sinônimo popular de lunático, pessoa ausente, habitando um mundo de fantasias e imagens; literato traduzia, num pejorativo brando, o teórico, pés fora do solo, cabeça nas nuvens, alheio às realidades quotidianas e convencido de poder ajustá-las aos esquemas simplistas da construção dialética. Em ambiente assim, era inevitável, as energias sociais dispersavam-se esterilmente e o desdém do *espírito* pela *matéria* tomava formas quase extravagantes¹⁸⁰.

Este ambiente de hostilidades mútuas, consequência de um casamento desfeito, teria encontrado reconciliação na década de 1930, quando teria se iniciado “a simbiose necessária” entre pensamento e ação¹⁸¹. Comprovando esta conciliação e, ao mesmo tempo, justificando sua condição de acadêmico, Getúlio se sente confortável, em seu novo posto, “compartilhando a imortalidade com poetas e romancistas, representantes das profissões liberais, juristas, historiadores, políticos e até industriais”¹⁸².

Não é minha intenção, ainda que tangencialmente, pensar o papel da Academia Brasileira de Letras no cenário cultural brasileiro. Penso, no entanto, ser possível refletir sobre estes dois momentos indicados pelo orador, buscando pistas que apontem para uma tentativa de entender alguns aspectos do processo de formação do público leitor no Brasil.

O hábito de enviar seus melhores herdeiros à Coimbra, somado ao surgimento dos primeiros cursos superiores, ampliou, com o tempo, os quadros de uma elite formada por bacharéis e profissionais (médicos, advogados, engenheiros) que, também, se engajam, em maior ou menor grau, no processo de construção e consolidação de uma nacionalidade. Desses homens (de fato, em sua esmagadora maioria, do sexo masculino) muitos se especializaram como “homens de pensamento”, mais preocupados com questões da cultura, da ciência, da “psicologia social”; outros, os “homens de ação”, estariam envolvidos, em sua maioria, com a administração pública ou dos negócios privados.

A República talvez não tenha sido o suficiente para aqueles que desejavam a expansão da cidadania, estendendo-a aos ex-escravos, como desejavam José do Patrocínio e André Rebouças. Tão pouco teria contribuído para a ampliação da escolaridade, do alcance da escrita, como pretendiam os que apostavam nos livros e nos jornais como veículos de comunicação e instrumentos de circulação de uma

¹⁸⁰Ibidem.

¹⁸¹ABL, p. 382.

¹⁸²Ibidem.

cultura, de construção de uma identidade nacional. Esta aposta que atravessara todo o século XIX encontrava, na primeira fase da República, homens como José Veríssimo que, em 1904, lamentava escassez de leitores no país e reafirmava a condição do livro e da leitura como o meio mais eficiente, se não único, de “adquirir e conservar conhecimentos, idéias e pensamentos, de troca de emoções”¹⁸³. Veríssimo fornece, ainda, uma lista de títulos, cuja leitura considera fundamental para conhecer o Brasil e, ao mesmo tempo, garantir a “unidade moral e social” do país, um “patrimônio literário comum”.

Por outro lado, o poder dos políticos locais, dos estancieiros, das oligarquias, dos “coronéis”, parecia, a muitos, pôr em risco a integridade territorial do país. Passados mais de vinte anos de República, Graciliano Ramos deixava transparecer seu estado de desânimo:

A constituição da república tem um buraco.

É possível que tenha muitos, mas sou pouco exigente e satisfaço-me com referir-me a um só.

Possuímos, segundo dizem os entendidos, três poderes – o executivo, que é o dono da casa, o legislativo e o judiciário, domésticos, moços de recados, gente assalariada para o patrão fazer figura e deitar empáfia diante das visitas. Resta ainda um quarto poder, coisa vaga, imponderável mas que é tacitamente considerado o sumário dos outros três.

É aí que o carro topa. Há no Brasil um funcionário de atribuições indeterminadas, mas ilimitadas.

Aí está o rombo na constituição, rombo a ser preenchido quando ela for revista, metendo-se nele a figura interessante do chefe político, que é a única força de verdade. O resto é lorota¹⁸⁴.

Entre muitos dos “homens de pensamento”, de escrita “imprecisa em linhas tortas”, perdurava a idéia de que saber ler e escrever era condição para o exercício da cidadania, de consolidação de uma nacionalidade, de soberania nacional, de sentido de nação. Pouco, no entanto, se fazia para que, efetivamente, a escrita e a leitura fossem disseminadas entre indivíduos de todos os setores da sociedade, mormente nas populações rurais e periféricas à elite urbana. A chamada *Lei Saraiva* havia introduzido, ainda no período monárquico, em 1881, a

¹⁸³VERÍSSIMO, José. “Leitura e Livros” In: *Almanaque Brasileiro Garnier de 1904*, Rio de Janeiro, Tipografia H. Garnier, 1904, p. 233 – 246.

¹⁸⁴RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*, Rio de Janeiro, Record, 1975, p. 09.

eleição direta e, ao mesmo tempo, extinguiu o voto do analfabeto. “Eleitor” e “é-leitor” tornaram-se sinônimos, legalizando a exclusão.

Em sentido inverso, ler livros podia ser entendido como coisa para as rodas literárias ou para especialistas, círculos bacharelescos ou das profissões especializadas (advogado, engenheiro e médico). Fora deste ambiente, os livros seriam desnecessários ou até prejudiciais à saúde, ao equilíbrio emocional.

O major Quaresma – personagem de *Lima Barreto* – oferece bem um exemplo de leitor assíduo e que foi, por isso, ridicularizado por seus superiores, colegas e vizinhos:

- Nem se podia esperar outra coisa, disse o Dr. Florêncio. Aqueles livros, aquela mania de leitura...
- Por que ele lia tanto? Indagou Caldas (outro vizinho de Quaresma).
- Telha de menos, disse Florêncio.
- Genilício (genro de Caldas) atalhou com autoridade:
- Ele não era formado, para que meter-se com livros?
- É verdade, fez Florêncio.
- Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores (...).
- Devia até ser proibido (...) a quem não possuísse um título acadêmico ter livros.. Evitam-se assim essas desgraças¹⁸⁵.

O diálogo travado entre aqueles que sabiam da “mania” de Policarpo Quaresma ilustra a concepção de que ler livros é coisa para categorias sociais específicas. Lima Barreto, por sua vez, pode ser exemplo de como os “homens de pensamento”, ao menos uma parcela deles, não renunciaram ao engajamento, embora isto não significasse, necessariamente, uma proximidade – tal qual faria Policarpo – com os “homens de ação”.

A edição em livro de *Triste fim de Policarpo Quaresma* é de 1916, mas foi publicado em folhetins na edição vespertina do *Jornal do Comércio*, durante os meses de janeiro a março de 1911. Graciliano Ramos, por sua vez, em 1914 e 1915, colaborava em diversos jornais e numa de suas crônicas demonstrava sua crença de que o Estado, os poderes constituídos, o governo republicano, os “homens obrigados à precisão”, também não tinha o menor interesse em formar leitores, portanto, de acordo com a *Lei Saraiva*, de formar eleitores, de formar cidadãos:

¹⁸⁵BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro, Record, s/d, p. 54.

Temos uma prova de que o público pensa e lê, notícia desagradável a certos figurões representativos que nunca se ocuparam com essas coisas. Vamos bem. Dentro de alguns anos o editor publicará maior número de livros e o jornal aumentará a tiragem.

Influência do Ministério da Educação? Pouco provável. O Ministério da Educação é novo. Essa gente aprende leitura por aí, à toa. Pelo menos os habitantes do interior aprendem fora das escolas.¹⁸⁶

A Primeira Guerra Mundial reacendera idéias nacionalistas e, com elas, voltava à cena o problema da educação: o analfabetismo seria responsável por todos os males do país, pela fragilidade da nação, pelo atraso em relação aos países europeus. Isso não impedia, no entanto, como destaca Vanilda Paiva, que o sistema de ensino popular se mostrasse, como sempre, profundamente insatisfatório¹⁸⁷. Não é à toa que Graciliano Ramos atribuía às estratégias alternativas e não ao Estado o aumento da leitura entre “gente do povo”. Mais do que desacreditar o Estado como promotor do ensino e, por conseguinte, da promoção da leitura e da formação de um público leitor, de uma cidadania, Graciliano não tem dúvidas de que o fato do povo saber ler poria em pânico “certos figurões representativos que nunca se ocuparam com essas coisas”.

Sobre a situação da educação no Brasil, Vanilda Paiva apresenta números que parecem confirmar as conclusões do autor de *Vidas Secas*:

Nem mesmo os Estados mais ricos como São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, que começavam a desenvolver maiores esforços em favor da difusão do ensino, tinham condições de debelar o analfabetismo. Minas, com uma situação privilegiada, não conseguia oferecer escolas elementares a 25% de sua população escolar; São Paulo mal conseguia abrigar 1/3 de seus habitantes em idade escolar. (...) Em piores condições encontrava-se Pernambuco que passara de um total de 800 escolas elementares nas últimas décadas do século XIX para menos de 200 em 1915, apesar do crescimento de sua população; as escolas pernambucanas atendiam a menos de 20.000 alunos quando a população escolar do Estado atingia a 300.000, não chegando o sistema de ensino a receber nem 10% da demanda potencial para o ensino elementar. A Paraíba, em 1921, afirmava contar com 180.000 crianças em idade escolar, só conseguindo ministrar ensino a 20.000; e para isso precisava gastar mais de 10% de sua receita ordinária. (...) O Censo de 1920, por outro lado, informava que o Estado de Goiás, por exemplo, com uma população de 511.000 habitantes, contava com apenas 10.000 pessoas alfabetizadas (atingindo, portanto, um total de 98% de analfabetos); na Bahia, com 3.334.000 habitantes, somente 166.000 sabiam ler e escrever.¹⁸⁸

¹⁸⁶RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*, Rio de Janeiro, Record, 1975, p. 105.

¹⁸⁷PAIVA, Vanilda, 2003, p. 100.

¹⁸⁸Idem, p. 100 e 101.

Some-se a isso a opinião, por exemplo, de Antônio Carneiro Leão, que se tornaria diretor geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro, de 1922 a 1926. Em 1916, – lembra Vanilda Paiva – Carneiro Leão assumia uma posição nacionalista, afirmando que, enquanto as atividades mais rentáveis estavam ao dispor do capital estrangeiro, “o braço que se ocupa das últimas tarefas (...) não faz outra coisa senão contribuir para o desenvolvimento dos capitais estrangeiros”¹⁸⁹. Um tipo de nacionalismo, entretanto, que não se misturava com entusiasmo pela alfabetização, pela escolarização em massa, pela ampliação do número de leitores. O professor Carneiro Leão parecia enxergar naqueles que viriam a se tornar *novos leitores* – indivíduos que a *Lei Saraiva* consignaria o direito ao voto – um possível foco de insatisfação: “Toda essa gente que, inculta e ignorante, se sujeita a vegetar, se contenta em ocupações inferiores, sabendo ler e escrever aspirará outras coisas”¹⁹⁰. Carneiro Leão parecia apostar na leitura como ferramenta qualificada, mas parecia também temer as consequências. O aprendizado, saber ler e escrever, seria, para a “gente inculta e ignorante”, um instrumento transformador da condição “vegetativa” e das “ocupações inferiores”. A leitura, neste caso, ao contrário dos males causados ao Major Quaresma, poderia causar “anarquia social”, pois “aqueles analfabetos que não se sentiam humilhados cavando a terra ou fazendo recados, quando souberem escrever e ler e comentar os acontecimentos políticos já não se haviam de submeter à velha profissão.”¹⁹¹

Permanecia o impasse: por um lado, poder ler, escrever e comentar qualificaria “o braço” credenciando-o para as tarefas que se encontravam entregues aos capitais estrangeiros, geraria no “braço que se ocupa das últimas tarefas” um capital que o impulsionaria a reivindicar uma transformação das condições objetivas que lhe impunham uma vida “vegetativa” e entregue a “ocupações inferiores”. Por outro lado, tal qualificação poria a perder os braços entregues aos serviços de “cavar a terra” ou “fazer recados”, pondo em risco um modelo político, econômico e social que parecia desejar permanecesse intacto. Ao que parece, para alguns nacionalistas, a alfabetização em massa e o fortalecimento

¹⁸⁹Apud: idem, p. 102. A autora extraiu tais comentários de: Leão, Carneiro. *O Brasil e a educação popular*, 2ª. Edição, 1917.

¹⁹⁰Idem.

¹⁹¹Idem.

da cidadania teriam sentido somente se a hierarquia social vigente desde o Império permanecesse inalterada.

O engajamento dos homens de pensamento pode ser percebido também, na mesma época, no aparecimento da *Liga de Defesa Nacional*, fundada em 1916. Dela foram fundadores setores ascendentes da burguesia industrial, militares alijados do poder e homens de letras, entre estes, Olavo Bilac e Coelho Neto, fundadores da *Academia Brasileira de Letras*. Em sua ata de abertura, de 23 de setembro de 1916, Bilac teria dito:

(...) esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e coesivo; propagar a instrução primária, profissional-militar e cívica; e defender com a disciplina o trabalho; com a força, a paz; com a consciência, a liberdade; e com o culto do heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir. (...)

O patriotismo individual, a crença pessoal, a consciência própria nunca estiveram ausentes do maior número das almas brasileiras. Mas, esses sentimentos oscilam e vacilam numa vaga dispersão; e, nessa mesma dispersão deplorável, perdem-se e dissipam-se os esforços isolados. A extensão do território, a pobreza das comunicações, o acordo pouco definido de uma federação mal compreendida, a mingua de ventura em muitos sertões desamparados, a inófia da instrução popular sustentam e agravam esta desorganização. A descrença e o desânimo prostram os fortes; o descontentamento e a indisciplina irritam os fracos; a comunhão enfraquece-se. É tempo de protestar e de reagir contra esse fermento de anarquia e essa tendência para o desmembramento. O protesto e reação estão nesta Liga, cujo título é claro e sintético. A defesa nacional é tudo para a Nação. É o lar e a Pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio; a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política, a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade. Todo este programa vasto e complexo não pode ser estudado e esclarecido pela minha palavra incompetente. Fundada a Liga, devemos hoje confiar-vos esta missão altamente nobre. (...).¹⁹²

Parecia claro àqueles homens que, ante a “inófia da instrução popular” e “a pobreza das comunicações”, cabia a eles, àquela Liga, àquela associação entre “homens de pensamento” e “homens de ação”, “reagir contra esse fermento de anarquia e essa tendência para o desmembramento”. Talvez o orador estivesse se referindo aos comícios, às greves e às agitações urbanas em torno de reivindicações trabalhistas. Pesavam também a influência das idéias socialistas, muitas vezes, atribuídas a trabalhadores emigrantes europeus, as insatisfações para

¹⁹²<http://www.exercito.gov.br/05Notici/paineis/ldn.htm>. Em 01/05/2006.

com o poder oligárquico. De todo modo, para os homens que se propunham a “estimular o patriotismo”; “propagar a instrução”; “defender o trabalho, a paz, a liberdade e a educação” e promover “a circulação da cultura”, a população deveria ser integrada, mas a direção do país e do povo – “esta missão altamente nobre” – caberia aos “verdadeiros homens”.

Não foram poucos os que acreditavam que os “males do país” eram decorrência de uma população “dispersa”, “desorganizada”, “descrente”, “desanimada”, “prostrada”, “descontente” e “indisciplinada”. O Major Quaresma, personagem de Lima Barreto, acreditava poder reverter este quadro oferecendo exemplo de patriotismo, lutando contra as adversidades: “Pensas que quero fazer fortuna? Faço isso para dar exemplo, levantar a agricultura, aproveitar as nossas terras feracíssimas”¹⁹³.

Em 1914, no jornal *Estado de São Paulo*, Monteiro Lobato dizia de uma “Velha Praga”: o hábito de “queimar o mato”. Tal prática recorrente entre os trabalhadores rurais, os agregados da “terra alheia”, “um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro”¹⁹⁴. O homem no campo, sem acesso à informação, sem instrução, seria, para Monteiro Lobato, um “funesto parasita da terra”, uma “espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela, na penumbra das zonas fronteiriças”¹⁹⁵.

Em 1918, voltaria ao tema e discutiria a constituição do povo brasileiro, identificando características diversas daquelas sugeridas por José de Alencar:

Morreu Perú, incomparável idealização dum homem natural como o sonhava Rousseau, protótipo de tantas perfeições humanas que no romance, ombro a ombro com altos tipos civilizados, a todos sobreleva em beleza d'alma e corpo. Contrapôs-lhe a cruel etnologia dos sertanistas modernos um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz, muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Ceci.¹⁹⁶

Em *Urupês* – artigo cujo título remete para a idéia de uma espécie de parasita que atinge o tronco de árvores – a questão da origem dos “males do país” voltava à tona associada às origens da formação da nacionalidade, da formação do povo brasileiro:

¹⁹³BARRETO, Lima, s/d, p. 139.

¹⁹⁴LOBATO, Monteiro. “Velha Praga”. In: *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1966, p. 271.

¹⁹⁵Ibidem.

¹⁹⁶LOBATO, Monteiro. “Urupês”. In: *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1966, p. 277.

Anos atrás o orgulho estava numa ascendência de tanga, inçada de penas de tucano, com dramas íntimos e flechaços de curare.

Dia virá em que os veremos, murchos de prosápia, confessar o verdadeiro avô: – a um dos quatrocentos de Gedeão trazidos por Tomé de Souza num barco daqueles tempos, nosso mui nobre e fecundo "Mayflower".

Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beíço, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé.¹⁹⁷

É clara a alusão ao indianismo romântico brasileiro, principalmente a José de Alencar que, esquecendo-se do negro, forjara uma identidade brasileira a partir da união do branco europeu com o índio robusto nativo. Para Monteiro Lobato, o amor de Ceci e Peri teria gerado aquele que ele denominara “Jeca Tatu” – o caboclo – a personagem que tipificaria o trabalhador rural, um ser despreparado para o trabalho e para o progresso e desprovido de identidade, de senso estético, de cultura:

O caboclo é soturno. Não canta senão rezas lúgubres. Não dança senão o cateretê aladaínhado. Não esculpi o cabo da faca, como o cabila. Não compõe sua canção, como o felá do Egito¹⁹⁸.

Ao contrário daqueles que o enalteciam – “o indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se o *caboclistmo*”¹⁹⁹ – Monteiro Lobato não cultivava nenhuma ilusão em relação ao caboclo: “Pobre Jeca Tatu! Como é bonito no romance e feio na realidade!”²⁰⁰. Esta convicção está presente ainda na segunda edição de *Urupês*²⁰¹, que trazia incluído o artigo *Velha Praga*, cujo gênero ele dizia ser inclassificável, “mais uma indignação”²⁰², e justificava, no prefácio: “*Velha Praga* é a verdadeira mãe deste livro, e não seria justo separar a mãe do filho”.

Assim, julgando inútil se debater contra aqueles que promoviam as queimadas, uma vez que os Jecas “eram todos do governo e o eleitor da roça, em paga da fidelidade partidária”, gozariam do direito de queimar o mato alheio”²⁰³,

¹⁹⁷Idem, p. 279.

¹⁹⁸Idem, p. 291.

¹⁹⁹Idem, p. 278.

²⁰⁰Idem, p. 281.

²⁰¹Idem p. 267 e 268.

²⁰²Idem, p. 267.

²⁰³Idem, p. 267.

o cafeicultor Monteiro Lobato acabou por vender sua fazenda e com o dinheiro promoveu a edição de duas obras de sua autoria.

Impossibilitado de agir contra eles por meio da justiça o pobre fazendeiro limitou-se a tocar alguns que eram seus agregados e... a vir pela imprensa. Escreveu e mandou para as Queixas e Reclamações d' *O Estado de S. Paulo*, a tal catilinária mãe dos *Urupês*. Esse jornal, publicando-a fora da seção de queixas, estimulou o fazendeiro a reincidir. Reincidiu. E quando deu acordo de si, virara o que os noticiaristas gravemente chamam um "homem de letras". Ora aí está como as coisas se arrumam, e como, por obra e graça de meia dúzia de Neros de pé-no-chão entra a correr mundo mais um livro²⁰⁴.

Os motivos que levaram o fazendeiro a “reincidir” podem ter sido outros, no entanto. O falecimento de seu avô, em 1911, fizera com que Lobato abandonasse a carreira de promotor e se transformasse num próspero fazendeiro, nas terras que herdara. Seus problemas com agregados e proprietários das fazendas vizinhas, provavelmente, o inspiraram a escrever *Velha Praga*. Em maio de 1915, porém, a crise da cafeicultura e das finanças do país teria feito Lobato se endividar, assim como muitos outros produtores. De todo modo, ao que parece, Monteiro Lobato sugere que o fato de ser eleitor (*é-leitor*) não teria conferido ao Jeca Tatu independência em relação aos chefes políticos, ou uma cidadania; tão somente teria lhe concedido o direito de “queimar o mato alheio”. Neste sentido, saber ler e escrever não seria o suficiente para a ascensão social do Jeca, conforme supunha Carneiro Leão, nem para a organização da vida social, de acordo com a *Liga de Salvação Nacional*, tampouco seria o suficiente para a cidadania, ou seja, ser um “bom eleitor”.

Por outro lado, é possível afirmar que são variáveis as noções de “saber ler escrever”. Desenhar letras e identificar os sons por elas representados pode, em muitos casos, ser o mesmo que “saber ler e escrever” e, com isso, de acordo as leis eleitorais vigentes à época, ser eleitor. No caso, por exemplo, de José Veríssimo – que atribuída à leitura a possibilidade de “adquirir e conservar conhecimentos, idéias e pensamentos, de troca de emoções” – talvez isso fosse pouco. Talvez, para ser considerado cidadão, isso – desenhar letras e identificar seus sons – fosse considerado pouco. Para além das estatísticas sobre alfabetização, leitura e consumo da escrita impressa, existe a realidade concreta, na qual crianças ou

²⁰⁴Ibidem.

adultos desenvolvem o hábito (por prazer e/ou necessidade) da leitura, de forma ágil e sem grandes esforços. Nesta mesma realidade, no entanto, sobrevivem indivíduos iletrados ou que, quando alfabetizados, lêem com grande dificuldade, em sacrifício do entendimento do que foi lido, uma vez que, na esmagadora maioria dos casos, são desfavorecidos por condições sociais, econômicas e políticas desmotivadoras da aprendizagem e do hábito de leitura. Cidadania e letramento, apesar de muitas vezes aparecerem embricados, são conceitos que despertam muitas controvérsias. Ser leitor e ser cidadão são condições que envolvem opiniões das mais distintas.

José Murilo de Carvalho lembra que, em 1881, o biólogo francês que ensinava no Rio de Janeiro, Louis Couty, publicou um livro intitulado *A escravidão no Brasil*, em que afirmava: "O Brasil não tem povo" ²⁰⁵. Sua radicalidade vinha da percepção de que o topo da pirâmide social brasileira era constituída de 200 mil proprietários e profissionais liberais, a classe dirigente. Nos demais setores da população, existiriam uns 12 milhões de habitantes, sendo que ele admitia haver uns dois milhões e meio de índios e escravos, classificados como excluídos da sociedade política e outros seis milhões que, "nasceram, vegetam e morrem sem ter servido ao país" – agregados, caipiras, capangas, capoeiras, bebedores – e outros dois milhões, distribuídos em variadas ocupações: comerciantes, funcionários, criados, artesãos²⁰⁶. Por sua vez, passados 36 anos de República, em 1925, o deputado Gilberto Amado, em discurso na Câmara dizia que, de acordo com os dados do censo de 1920, dos 30 milhões de habitantes, apenas 24% sabiam ler e escrever. Os eleitores não passariam de 1 milhão e, desses, “não mais de 100 mil, em cálculo otimista”, teriam “instrução efetiva e capacidade de julgar e compreender, aptidão cívica no sentido político da expressão” ²⁰⁷.

José Murilo de Carvalho concorda, em parte, com as observações que indicam a inexistência de um “povo politicamente organizado, opinião pública

²⁰⁵ Apud: CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 64 e 65. As informações foram completadas a partir de outro texto do mesmo autor: “Os três povos da República”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Museu da República, 2001, p. 61-87.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Idem, p. 65

ativa, eleitorado amplo e esclarecido”²⁰⁸, no Brasil, em 1881 e em 1925. Sua argumentação contrária às afirmações de Couty e Amado é mais contundente, no entanto, quando a questão é a cidadania. Para José Murilo, o biólogo francês, em 1881, e o deputado, em 1925, têm uma visão “estreita e formal”, que supõe como manifestação política adequada a que se dá dentro dos limites previstos pelo sistema legal, sobretudo o uso do direito do voto:

Parece-me, no entanto, que uma interpretação mais correta da vida política de países como o Brasil exige levar em conta outras modalidades de participação, menos formalizadas, externas aos mecanismos legais de representação. É preciso também verificar em que medida, mesmo na ausência de um povo político organizado, existiria um sentimento, ainda que difuso, de identidade nacional. Esse sentimento, (...) acompanha quase sempre a expansão da cidadania, embora não se confunda com ela. Ele é uma espécie de complemento, às vezes mesmo uma compensação, da cidadania vista como exercício de direitos.²⁰⁹

O historiador prossegue sua argumentação, citando exemplos de participação popular em acontecimentos que vão desde a luta pela Independência ao movimento tenentista, 1922, passando pelos conflitos durante o período da Regência – a *Cabanagem* (Belém / PA, 1832), a revolta dos escravos malês, (Salvador / BA, 1835), a *Balaçada* (Maranhão, 1838) –, pelo Segundo Reinado – as revoltas contra o recrutamento militar (1874), a do *Quebra Quilos* (Rio de Janeiro, 1871; Alagoas e Rio Grande do Norte, 1874), a do *Vintém* (Rio de Janeiro, 1880), além dos conflitos da primeira fase republicana – *Revolta da Vacina* (Rio de Janeiro, 1904), *Canudos*, (sertão baiano, 1897 a 1901) e o *Contestado* (Santa Catarina e Paraná, 1912 a 1916)²¹⁰.

As opiniões de Couty e Amado, em grande parte, eram próximas às daqueles homens da *Liga* saudada por Olavo Bilac e podiam ser percebidas, também, no desprezo de Monteiro Lobato pelo “caboclismo”. A cristalização da certeza de que os setores menos privilegiados da população não teriam capacidade de “julgar e compreender”, e “aptidão cívica no sentido político da expressão” serviu (e tem servido), muitas vezes, para justificar medidas autoritárias, excludentes e que buscam sua legitimação somente no acordo entre membros da elite. Retornando ao universo ficcional, mesmo as atitudes

²⁰⁸Ibidem.

²⁰⁹Idem, p. 67.

²¹⁰Idem, p. 64 a 83.

voluntariosas do Major Quaresma revelam uma ideologia que supõe ser de responsabilidade exclusiva dos “verdadeiros homens” a condução do país.

Felizardo – empregado do sítio de Quaresma – também tem sua explicação para as “doenças” do trabalhador rural, a preguiça do Jeca, e para a “velha praga” de queimar o mato: “Terra não é nossa ... E ‘frumiga’? ‘Nós não tem ferramenta. Isso é bom para italiano ou ‘alamão’, que o governo dá tudo. Governo não gosta de nós.”²¹¹ Quaresma deve ter ouvido as palavras do “agregado”, mas teria ouvido de Floriano Peixoto: “Pensa você Quaresma que eu hei de pôr enxada na mão de cada um desses vadios?” E depois: “Você, Quaresma, é um visionário”. Lima Barreto parece, também, desconfiar de que os “males”, as “velhas pragas” do país não eram somente as formigas, as queimadas ou o analfabetismo.

Dentre os vizinhos de Policarpo Quaresma, o General Caldas dizia que há bem quarenta anos não pegava em livros²¹². O Doutor Armando Borges – que enriquecera ao se casar com Olga, afilhada de Quaresma – apesar de possuir uma grande biblioteca, adormecia logo que iniciada a leitura: “o sono não tardava a vir ao fim da quinta página”. Sua erudição limitava-se a copilar artigos estrangeiros e publicá-los nos jornais, como forma de aumentar seu prestígio e clientela. Havia ainda Genelício:

Na bajulação e nas manobras para subir, tinha verdadeiramente gênio. Não se limitava ao soneto, ao discurso; buscava outros meios, outros processos. No intuito de anunciar aos ministros e diretores que tinha uma erudição superior, de quando em quando desovava nos jornais longos artigos sobre contabilidade pública. Eram meras compilações de bolorentos decretos, salpicadas aqui e ali com citações de autores franceses ou portugueses.²¹³

Falta de compromisso dos chefes políticos para com os menos favorecidos e fragilidade intelectual entre os indivíduos letrados dos setores médios da população – alguns com posturas meramente bajulatórias, preocupados apenas com a autopromoção – poderiam ser, sugere Lima, os grandes “males do país”.

Nada disso, no entanto, parecia reduzir a crença de que os “verdadeiros homens” deveriam tomar para si a responsabilidade de construir, eles mesmos, um

²¹¹BARRETO, Lima s/d, p. 127.

²¹²Idem, s/d, p. 111.

²¹³Idem, p. 53.

projeto de nação. Fossem os mais conservadores, fossem os mais progressistas, a muitos daqueles homens – inclusive o Major Quaresma – parecia claro que, num período de quaresma, seriam eles os responsáveis pelo cultivo dos frutos de que necessitava o país. Filhos do positivismo, ainda que ilegítimos, aqueles homens acreditavam que das melhores e verdadeiras capacidades intelectuais dependiam os braços que construiriam a nação.

Neste sentido, parecia satisfatória a aliança entre os homens de elite: “Peço energia. Sigo já” – teria escrito o Major Quaresma ao Marechal Floriano, quando da Revolta da Armada. Mais que isso: Quaresma, além de se juntar, como voluntário, às tropas do governo, entrega a Floriano um conjunto de sugestões que acreditava úteis ao desenvolvimento do país. A aliança do “homem de pensamento” com o “homem de ação” e de ares Bonapartistas, naqueles primeiros anos da República, seria o instrumento para a promoção do desenvolvimento, do progresso, da soberania nacional. Embora tivesse que fazer concessões – que podia incluir até mesmo a violência –, não é de se estranhar a aliança do estudioso Policarpo Quaresma com o autoritarismo que marcava, sobremaneira, o florianismo, os homens da *Liga de Salvação Nacional*, o movimento tenentista, e as muitas quarteladas que marcaram os primeiros anos de República.

Quaresma, no entanto, estava longe do arquétipo da elite brasileira. Lima Barreto apresenta o Major Quaresma como funcionário público de baixa hierarquia e que nutre um profundo patriotismo e desejo de se engajar a serviço do progresso do país. Ele é um leitor assíduo e sua biblioteca era vasta e diversificada:

Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais: o Bento Teixeira, da *Prosopopéia*; o Gregório de Matos, o Basílio da Gama, o Santa Rita Durão, o José de Alencar (todo), o Macedo, o Gonçalves Dias (todo), além de muitos outros. Podia-se afiançar que nem um dos autores nacionais ou nacionalizados de oitenta pra lá faltava nas estantes do major.

De História do Brasil, era farta a messe: os cronistas, Gabriel Soares, Gândavo; e Rocha Pita, Frei Vicente do Salvador, Armitage, Aires do Casal, Pereira da Silva, Handelmann (*Geschichte Brasilien*), Melo Moraes, Capistrano de Abreu, Southey, Varnhagen, além de outros mais raros ou menos famosos. Então no tocante a viagens e explorações, que riqueza! Lá estavam Staden, o Jean de Léry, o Saint-Hilaire, o Martius, o Príncipe de Neuwied, o John Mawe, o von Eschwege, o Agassiz, Couto de Magalhães e se se encontravam também Darwin, Freycinet, Cook, Bougainville e até o famoso Pigafetta, cronista da viagem de Magalhães, é porque todos esses últimos viajantes tocavam no Brasil, resumida ou amplamente.

Além destes, havia livros subsidiários: dicionários, manuais, enciclopédias, compêndios, em vários idiomas ²¹⁴.

O major Quaresma estaria próximo ou seria mesmo um bom exemplo do leitor que José Veríssimo idealizava, no entanto era incompreendido tanto no Arsenal de Marinha, onde trabalhava, como em casa e na vizinhança: “desse modo ele ia levando a vida, metade na repartição, sem ser compreendido, e a outra metade em casa, também sem ser compreendido”.²¹⁵ Além de leitor, Policarpo era um patriota, suas leituras reforçavam-lhe o ufanismo, a certeza de ter nascido numa terra de palmeiras e sabiás e em que se plantando tudo dá. O Brasil teria um território cuja generosidade contrastava com a ingratidão de uma população mais interessada no que lhe era alheio, no que era importado de outras terras: hábitos, produtos e até mesmo o idioma.

À Semelhança de um Quixote, cuja visão da realidade fora turvada pelos livros que lia, Policarpo acreditava poder se tornar um “homem de ação”. Policarpo, em seu silêncio e solidão, “trabalhava para a grandeza e a emancipação da Pátria”²¹⁶, a despeito da indiferença, ou até da jocosidade que lhe era dispensada. Ao tentar pôr em prática o que havia apreendido dos livros, sua ação rendeu-lhe o escárnio. Em sua intenção de dignificar tudo que era legitimamente brasileiro, propôs tornar o tupi idioma oficial. Tal iniciativa resultou no diagnóstico de sua loucura, sendo mandado para um manicômio.

Apesar disso, Policarpo não se entregou ao desânimo. “Curado”, faz-se agricultor, para, com seu exemplo, dar provas das “maravilhas” do solo brasileiro: o Brasil seria o país mais fértil do mundo e o mais bem dotado, suas terras não precisariam de “empréstimos (fertilizantes) para dar sustento ao homem” ²¹⁷. Com o tempo, percebe que, além dos rios, dos recursos minerais e de outras abundâncias, sua imensa biblioteca, não teria mencionado certos aspectos. Quaresma precisou enfrentar as formigas e, ainda, o poder mesquinho de políticos locais, a burocracia e as deficiências do sistema comercial que pouco remunerava o trabalho:

²¹⁴BARRETO, Lima, s/d, p. 16.

²¹⁵Idem, p. 19.

²¹⁶Idem, p. 18.

²¹⁷Idem, p. 128.

Aquela rede de leis, de posturas, de códigos e de preceitos, nas mãos desses regulotes, de tais caciques, se transformavam em potro, em polé, em instrumento de suplícios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhes a iniciativa e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as²¹⁸.

Contra estes “males”, mais do que seu exemplo, sua dedicação e suas leituras, Quaresma acreditava que seria preciso energia. As elites, a tradição aristocrática do período monárquico, não teriam tido o empenho necessário para promover as transformações de que o país precisava. Por outro lado, as soluções democráticas teriam o inconveniente da descrença das maiorias. Desta forma, convicto de que ao país bastaria um líder com disposição suficiente para enfrentar o descaso das elites e a ignorância das maiorias, o Major Quaresma apostava suas fichas no despotismo de Floriano.

Carlos Nelson Coutinho, comentando a obra de Lima Barreto, enxerga no engajamento de Quaresma a tradição brasileira de negar soluções que incluam os setores populares, efetuando sempre alianças que propõem transformação autoritárias, “de cima para baixo”²¹⁹. É com esta disposição que Quaresma se junta às tropas de Floriano Peixoto, não para combater moinhos de vento, mas os revoltosos que desejavam a deposição do presidente, a Revolta da Armada, 1899 – 1894.

Por trás do seu pincenê, havia um homem grave, metódico, de hábitos reservados: “quando fixava alguém ou alguma coisa, os seus olhos tomavam, por detrás das lentes, um forte brilho de penetração, e era como se ele quisesse ir à alma da pessoa ou da coisa que fixava”²²⁰. Assim era o Major e o funcionário público e, também, o leitor Quaresma. Para ele, os livros não eram diversão ou motivo para se evadir. Ao contrário, em cada linha que lia, em cada tomo de sua biblioteca, procurava obter informações e conhecimentos que lhe permitissem melhor entender o Brasil. Era assim quando lia sobre os rios, sobre os montes ou sobre acontecimentos como a Guerra do Paraguai. Da mesma forma, queria saber dos costumes, da música, das danças ou das formas de cortesia. Policarpo lia diversos Jornais, “porque sempre esperava encontrar num ou noutro uma notícia

²¹⁸Idem, p. 141 e 142.

²¹⁹COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na Literatura brasileira. IN: *Realismo & anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

²²⁰BARRETO, Lima, s/d, p.15.

curiosa, a sugestão de uma idéia útil à sua cara pátria”²²¹. Em sua biblioteca, “mergulhava nas revistas do Instituto Histórico, no Ferrão Cardim, nas cartas de Nóbrega, nos anais da Biblioteca, no von den Stein e tomava notas sobre notas”²²². Foi nos livros que aprendeu a língua dos nativos, o tupi, foi nos livros que se tornou brasileiro.

Os livros também foram sua ruína. Foi nos livros que viajou pelo país, que conheceu as mais vastas matas, os mais vastos rios e as terras mais férteis que poderiam existir. Aquela literatura o transformara num romântico apaixonado pela pátria. Os livros teriam lhe feito mal, como o fizeram a Quixote e à Ema de Bovary. Não sendo graves, uma vez que não se enquadravam no perfil de uma tradição erudita, tais leitores teriam sido contaminados pelos livros que dizem das aventuras, dos amores, das belezas e da fartura e não dizem da indiferença dos homens, das torpezas e das formigas. Policarpo conheceu um triste fim, acabou sendo preso, por ter denunciado o que considerava um desvio do rumo de uma ação que julgava legítima, pagou o preço da sua aposta.

Ele não era formado, para que meter-se com livros? (...). Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores (...). Devia até ser proibido (...) a quem não possuísse um título acadêmico ter livros.. Evitam-se assim essas desgraças ²²³.

Em seu discurso na Academia, Getúlio ressaltava que durante seu governo, o convívio dos intelectuais com a “sociedade política” se intensificou. Daniel Pécaut, no entanto, sugere que já em 1915, os intelectuais, “os homens de pensamento” teriam se esforçado para romper duas experiências: a dependência perante as classes dirigentes que perdurou durante o Império e o isolamento que marcara os anos que se seguiram à proclamação da República ²²⁴. Justificando sua opinião, o autor cita Alberto Torres que, em 1915, defendia que os “homens de letras” deveriam aceitar a sua vocação para o comando dos destinos do país:

²²¹Idem, p.27.

²²²Idem, p. 27 e 28.

²²³Idem, p. 54.

²²⁴PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.

A vida cerebral do Brasil gira em torno de dois centros: o mundo dos intelectuais e o dos governantes; os escritores, professores, homens de letras e de ciências, os artistas, no primeiro grupo; os políticos, os administradores, os funcionários, no segundo²²⁵.

Alberto Torres defendia que os intelectuais se organizassem enquanto uma “força social” que, para Pécaut, significaria traçar uma política do país, tomando uma posição frente a seus compromissos para com a construção de uma nacionalidade e promoção da organização social. Neste sentido, ao isolamento ou ao voluntarismo de Policarpo, Alberto Torres estaria propondo um engajamento organizado, por parte dos “homens de pensamento”. Neste sentido, tomando como referência os discursos de José Veríssimo, Gilberto Amado, Olavo Bilac e a Liga, Carneiro Leão, Graciliano Ramos, Monteiro Lobato, Lima Barreto, pode-se admitir que dentre as prioridades dos homens que pretendiam tomar para si a responsabilidade dos rumos do país figuraria a de ampliar o número de indivíduos leitores. Seria o caso, então, de indagar: que tipo de leitor ou, mais precisamente, “novos leitores” (de *é-leitores*) acreditavam aqueles “verdadeiros homens” ser necessário forjar? Que atribuições seriam desejáveis que tivessem estes “novos leitores”? Que leituras seriam a eles indicadas?

Parece certo que não seria aquelas que Lima Barreto identifica em Genilício ou no Doutor Armando. Também não seria a que simplesmente permite ao Jeca Tatu se tornar fiel a um líder político e com isso “atear fogo ao mato”. Talvez Carneiro Leão não desejasse um leitor que se indigne com uma forma de vida vegetativa, mas talvez desejasse um “braço” mais qualificado para “cavar o chão” e “dar recados”. Bilac e seus parceiros da Liga pareciam querer um leitor que não se entregasse à “desorganização” à “descrença” ao “desânimo e ao “descontentamento”. Gilberto Amado talvez apostasse num leitor com “capacidade de julgar e compreender, aptidão cívica no sentido político da expressão”. José Veríssimo, por sua vez, apostaria num leitor capaz de “adquirir e conservar conhecimentos, idéias e pensamentos, de troca de emoções”. Uma leitura com tais competências talvez fosse aquela que, em 1881, Machado de Assis dizia ser propriedade de poucos: Dez? Talvez cinco. Creio que cabe indagar, que leitura era aquela que praticava “essa gente (que) aprende leitura por aí, à toa”. Tais certezas penso jamais serão confirmadas, no entanto, além das

²²⁵Apud: PÉCAUT, 1990, p. 25.

ambições dos “verdadeiros homens”, as condições do mercado editorial de livros pode oferecer, se não respostas, indícios das contradições entre as intenções e os gestos, entre um ideal de leitor e o efetivo consumo de livros por parte daqueles que formariam o contingente de “novos leitores”.

Neste sentido, as iniciativas de Monteiro Lobato, não tanto como escritor e mais como editor, podem de alguma forma sugerir respostas, certamente não definitivas, para a indagação de que público leitor se queria forjar, no Brasil, nos anos que antecederam a década de 1930. Policarpo teve um triste fim ao apostar numa aliança com o autoritarismo de Floriano. Quaresma era leitor dos cânones da bibliografia brasileira, no entanto, talvez por ser um funcionário de baixa hierarquia, talvez por ser um visionário, talvez por se deixar acreditar em sabiás e palmeiras e desconhecer as formigas, talvez por tudo isso, “não se fizera comunicar (...) não prendera o seu sonho, dando-lhe corpo e substância” ²²⁶. Talvez por ter descoberto, tarde demais, que havia um abismo entre o que diziam os livros e um Brasil real.

Monteiro Lobato, no entanto, tinha outras fichas para jogar. Herdeiro do latifúndio, da oligarquia cafeeira do Vale do Paraíba, e com prestígio junto aos caciques políticos, o neto do Visconde de Tremembé tinha outros planos. Tendo se formado em direito, foi nomeado, em 1907, promotor público de uma pequena comarca do interior paulista, por influência do Visconde junto a Washington Luis que, em 1906, fora nomeado secretário de Justiça do governo do Estado de São Paulo²²⁷. Dois anos depois, decidido a ingressar na carreira literária, Lobato se propõe a colaborar em periódicos, ressaltando, porém, que de sua pena “só não sai artigo jurídico (...) nem diatribe contra Washington Luis” ²²⁸.

Sugere-se que a idéia de abrir uma editora surgiu para Monteiro Lobato em decorrência das dificuldades que teve para colocar à venda os dois primeiros livros de sua autoria: *Saci Pererê* e *Urupês*. Alcançado o sucesso, teria acreditado poder fazer o mesmo com as obras de outros autores. De fato, em 10 de agosto de 1917, ele havia vendido sua fazenda, passando a viver na capital paulista. Com parte do dinheiro, financiou a impressão das duas obras, que obtiveram verdadeiro

²²⁶Barreto, Lima, p. 228.

²²⁷KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: escritor, empresário, editor*. São Paulo, EdUSP, 2006, p.57.

²²⁸Apud: ibidem.

sucesso comercial: *Saci-Pererê* teve duas tiragens esgotadas até princípios de julho de 1918, e *Urupês*, em um ano, vendeu quatro edições, totalizando mais de 10.000 exemplares.

Os contos de *Urupês* e as histórias reunidas sobre o lendário personagem de carapuça vermelha haviam sido escritos numa linguagem pouco usual à literatura da época. Passadas as animosidades que marcaram o século XIX, os laços do país com Portugal, estavam mais estreitos, mormente no tocante à literatura. A primazia atribuída a Guerra Junqueiro, na poesia, e a Eça de Queiroz, no romance, reforçava a idéia de que a literatura brasileira era herdeira de uma tradição fundada na “pátria-mãe”.

Lobato pretendia contrariar a crença de que a escrita brasileira deveria seguir as convenções da Lisboa erudita. Não que quisesse, tal qual Quaresma, adotar o idioma Tupi, mas desejava tornar o seu texto mais próximo dos leitores, fossem eles populares, “essa gente (que) aprende leitura por aí, à toa”, fossem os mais experientes. Sobre o seu *Saci Pererê* teria comentado que se tratava de um livro “para crianças, para gente grande fina ou burra, para sábios folclóricos; ninguém escapa. Dará dinheiro”²²⁹.

O estilo do escritor Lobato já indicava o que seria o editor. Hallewell chega admitir que o sucesso do empresário, ao criar um mercado novo para o produto livro, foi possível “porque havia, antes, transformado o estilo em que os livros eram escritos – e, com isso, o tipo e a quantidade de leitores que iria atrair”²³⁰. Pode ser que todos estes planos já estivessem na mente do bacharel que se viu herdeiro de uma fazenda cercada por “Jecas” que contavam histórias de sacis e ateavam fogo ao mato. Pode ser que enquanto aproveitava o ócio de sua vida de promotor de uma pacata cidade interiorana, Areias, Monteiro Lobato imaginasse ações que poderiam resgatar o Jeca Tatu de suas formas “primitivas” de vida “vegetativa”, de sua “ignorância,” e falta de “capacidade de julgar e compreender” e, sobretudo, da tradição de atear fogo ao mato. Lobato talvez tivesse em mente a “velha tese” de que a “velha praga” do país se devia a ausência de um número significativo de leitores.

A escassez de leitores já havia sido justificada pelos mais diversos motivos. O descaso dos governantes para com o sistema escolar público ou a

²²⁹Apud: KOSHIYAMA, 2006, p. 65.

²³⁰HALLEWELL, 1985, p. 244.

preferência do público pela oralidade, pela música, pelas modinhas ou ladainhas sempre foram lembrados. Houve, ainda, quem sugerisse que as razões estavam na índole do brasileiro, “meio cabocla, meio ariana (...) preguiçosa e mórbida”, como teria escrito Adolfo Caminha, em 1893²³¹. “Preferimos a suave palestra, descuidada e livre, do beco do Ouvidor, ao penoso trabalho de gabinete, monótono e esfalfante, que produz sábios e loucos, literatos e tuberculosos”²³² – prossegue o autor. O mesmo Caminha admitia, no entanto, outras causas menos biológicas: “(...) a velha Europa, que nos vê sempre de cigarro na boca e chapéu na nuca, gingando o nosso proverbial *laissez aller*, continua a nos mandar no fim de cada ano os livros publicados em janeiro”²³³.

A concorrência dos livros estrangeiros, sobretudo os produzidos em Portugal e na França que, segundo Caminha, “se desentulha dos livros inúteis” mandando-os “para o Brasil, para a Argélia e até para os selvagens”²³⁴, desestimularia os editores nacionais a promoverem investimentos que permitissem baratear e ampliar a circulação do livro. No mesmo sentido, os escritores teriam seu ofício influenciado pelo estilo “importado”, o que afastaria os leitores menos hábeis, os possíveis novos leitores que aprenderam a ler “por aí, à toa”. Assim, uma postura editorial mais ousada e uma escrita “mais brasileira” poderiam reverter o quadro de escassez de leitores.

Com o início da Primeira Guerra Mundial vieram as restrições ao comércio internacional, obrigando a substituição de produtos importados por nacionais, o que, em certa dose, promoveu o desenvolvimento industrial brasileiro, notadamente, no Rio de Janeiro e São Paulo. O negócio do livro, no entanto, ainda era bastante precário e, depois de um breve instante de crescimento, na década de 1880, com as turbulências dos primeiros anos da República, vivia dias de penúria. Eram poucos os pontos de venda de varejo, praticamente limitados a algumas regiões mais nobres das capitais federal e paulista. A maior parte dos títulos ainda eram importados. A editora de Francisco Alves (morto em 1917) se destacava no segmento de “livros didáticos” e, além deste, somente obras jurídicas pareciam interessar aos demais editores.

²³¹CAMINHA, Adolfo. “Novos e Velhos”. In: *Cartas Literárias*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1999, p. 18.

²³²Ibidem.

²³³Ibidem.

²³⁴Idem, p. 19.

A editora Garnier continuava a reimprimir e a vender os romances de Machado de Assis e José de Alencar. Dos autores vivos, Coelho Neto – publicado no Porto, pela Livraria Chardron de Lello e Irmão – era o único a conseguir algum êxito. A grande maioria dos demais escritores, que quisesse ter impressa uma obra de sua autoria, deveria encomendá-la diretamente aos impressores, por sua própria conta, e depois incumbir-se da distribuição: foi assim com a primeira edição de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Por outro lado, a sociedade brasileira se tornara bem mais complexa que aquela dos tempos de Paula Brito ou do primeiro Garnier. Novas classes e camadas sociais se apresentavam no cenário político do país, uma classe operária (ainda não de toda especializada) oferecia indícios de organização. Além disso, a grande imigração de finais do século XIX trouxe idéias já consolidadas entre o operariado europeu, contribuindo para o fortalecimento de movimentos contestatórios e pondo em discussão, ainda que fragilmente, o modelo elitista e excludente herdado do latifúndio e do escravismo.

Ainda que os horrores praticados nos campos de batalha gerassem apreensões quanto às conseqüências da guerra, prevalecia certo culto à Europa, sobretudo entre as classes dominantes e nos setores médios urbanos. Quanto ao Brasil, seria uma terra inculta e habitada por semi-selvagens.

Monteiro Lobato não era exceção. Em carta a seu amigo e revisor Godofredo Rangel, em 03/02/1908²³⁵, o então promotor em Areias, dizia estar lendo Homero e constatava: “Que diferença de mundos! Na Grécia, a beleza; aqui a deformidade. Aquiles lá; Quasímodo aqui”. O criador do Jeca Tatu prosseguia nas comparações: “Estive uns dias no Rio. Que contra-Grécia é o Rio! (...) Num desfile, à tarde, pela horrível rua marechal Floriano, da gente que volta para os subúrbios, perpassam todas as degenerências”. As áreas periféricas seriam habitadas por uma gente que traria na pele as marcas de sua condição semicivilizada: “Os negros da África (...) vingaram-se do português da maneira mais terrível – amulatando-o e liquefazendo-o, dando aquela coisa residual que vem dos subúrbios pela manhã e reflui para os subúrbios à tarde”. A seguir, indaga: “Como consertar essa gente? Como sermos gente no concerto dos povos?” Ao que parece, Monteiro Lobato apostava nas mesmas medidas “purificadoras”

²³⁵As referências a esta carta foram extraídas de: BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil 1900*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004, p.158 e 159.

adotadas pelas políticas de incentivo a vinda de emigrantes europeus: “Talvez a solução venha de São Paulo e outras zonas que intensamente se injetam de sangue europeu”. O autor prossegue sua missiva com outras considerações racistas e eugênicas, e admite: “Filosoficamente me parece horrível isto – mas certo do ponto racial”

Apesar de suas contradições “filosóficas”, Monteiro Lobato confessava ter colhido todo o material que compunha o seu *Saci Pererê* das histórias contadas por “quasímodos”, aqueles que “amulatavam” o Brasil, que viviam nos subúrbios da civilização, agregados das grandes propriedades rurais, “cavando a terra” ou ateando fogo ao mato: de sua autoria somente seriam “os comentários, prefácios, prólogos, epílogos”²³⁶. É justamente este livro a primeira experiência do editor Monteiro Lobato.

Em 1917, ao se dispor, ele mesmo, a distribuir os exemplares de *Saci Pererê* e, também, de *Urupês*, Monteiro Lobato percebera que eram poucas as livrarias do país. Era comum que os escritores publicassem seus livros sem pretender, com isso, qualquer remuneração, apenas com o objetivo de angariar prestígio. Estava longe a hipótese de sobreviverem apenas do livro. Lima Barreto, por exemplo, se sustentava do salário de funcionário público e de alguns extras que conseguia, escrevendo em jornais. Não era diferente com a imensa maioria dos demais autores. Monteiro Lobato, no entanto, pensava diferente. Vendera sua fazenda e estava disposto a investir em livros e apostava: “Dará dinheiro”. Para efetivar seu objetivo, precisava ter compradores para além do “Brasil-grego”, precisava pôr seus livros ao alcance de “leitores novos” – “essa gente (que) aprende leitura por ai, à toa”.

A estratégia do editor, era a mesma que adotou quando se tornou proprietário da *Revista do Brasil*, em 1918: aumentar os pontos de venda. Foi assim que Monteiro Lobato assinou uma carta endereçada a inúmeros proprietários de bancas de jornal, papelarias, farmácias, armazéns, propondo que seus estabelecimentos se tornassem também “livrarias”:

Vossa Senhoria tem o seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro. Quer vender também uma coisa chamada livros? Vossa Senhoria não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de um artigo comercial como qualquer outro; batata, querosene ou bacalhau. É uma mercadoria que não precisa

²³⁶Apud: KOSHIYAMA, 2006, p. 64.

examinar nem saber se é boa nem vir a esta escolher. O conteúdo não interessa a V. S., e sim ao seu cliente, o qual dele tomará conhecimento através das nossas explicações nos catálogos, prefácios etc. E como V. S. receberá esse artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender os tais livros, terá uma comissão de 30%.; se não vendê-los, no-los devolverá pelo Correio, com o porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa²³⁷.

Recordado anos mais tarde pelo autor, foi este texto simples e direto, enviado a mais de 1.200 comerciantes, que permitiu aproximar o objeto “livro” de um público que não estava acostumado a freqüentar livrarias, bibliotecas ou outros templos consagrados à escrita e à erudição. Certamente houve contratempos e problemas de inadimplência dos consignatários: “Crédito só para turco ou italiano. Quem abre a nacional está perdido”²³⁸. Apesar disso, os livros editados por Lobato – pode ser exagero, mas informa Hallewell – chegaram a ter quase dois mil pontos de venda, localizados nos mais diversos cantos do país: “os únicos lugares em que não vendi foi nos açougues, por temor de que os livros ficassem sujos de sangue”²³⁹ – teria confessado Lobato. Informa ainda o editor em carta a Lima Barreto, em 1919, que *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, por ele editado, estava à venda em cerca de 200 estabelecimentos e que, dos Estados brasileiro, só o Espírito Santo não tinha um único exemplar.²⁴⁰ Os livros do editor Monteiro Lobato teriam alcançado leitores residentes nos mais diversos pontos do país. Alice Koshiyama lembra que, dentre esses leitores estava Érico Veríssimo, “que no início da década de vinte (1920) vivia no interior do Rio Grande do Sul”²⁴¹, mais precisamente, em Cruz Alta..

Para efeito de comparação, vale citar mais uma vez Hallewell que indica um número de 564 livrarias em Paris e outros 922 pontos de vendas de livros nas províncias francesas. Isso, em 1825²⁴². O esforço de Monteiro Lobato, no entanto, deve ser medido por outros números. Lembremos que a França havia alfabetizado quase a totalidade de sua população, no final do século XIX. Quanto ao Brasil, basta lembrar os números apresentados por Vanilda Paiva²⁴³ e acrescentar as informações da mesma autora que dizem do recenseamento escolar de 1920 que

²³⁷ Apud: HALLEWELL, 1985, p. 245.

²³⁸ Apud: KOSHIYAMA, 2006, p. 74

²³⁹ Apud: HALLEWELL, 1985, p. 245.

²⁴⁰ Idem, p. 74 e 75.

²⁴¹ KOSHIYAMA, 2006, p. 79.

²⁴² HALLEWELL, 1985, p. 246.

²⁴³ Estes números foram citados no capítulo anterior e dizem que apenas 2,5% da população brasileira em idade escolar tinham acesso à escola formal.

verificou a existência em São Paulo – Estado que mais gastava com a instrução primária – de 656.114 crianças entre os seis e 14 anos e, apenas, 187.314 freqüentando a escola: menos de 30%²⁴⁴. Isso leva a crer que o quadro apresentado pelo algarismo a Machado de Assis em 1876, apontando 70% de analfabetos no Brasil²⁴⁵, pouco tinha se alterado. Neste sentido, em sintonia com Graciliano Ramos – que acreditava existir leitores entre a população excluída das políticas do Estado – a aposta de Monteiro Lobato, desafiando os números trágicos da educação brasileira de então, representou um enorme esforço no sentido de ampliar a quantidade de leitores de livros no país.

Ao menos em parte as iniciativas editoriais de Monteiro Lobato influíram, ainda, no quadro de penúria que obrigava o escritor a financiar a impressão de sua obra: “Naquele tempo, para alguém editar um livro tinha que possuir uma destas qualidades: ser rico, ter prestígio junto a um medalhão ou ser filho de pai ilustre”²⁴⁶. Lobato reunias estas três “qualidade” e promoveu a publicação de obras de seus amigos José Antônio Nogueira, Ricardo Gonçalves, Godofredo Rangel, Valdomiro Silveira, Martim Francisco.

Apostando num tipo de leitor pouco acostumado com o estilo dos autores então em evidência, Lobato fez espalhar a notícia de que estava aceitando originais de autores inéditos e desconhecidos: “Gente nova, de paletó saco, humilde nas suas pretensões, mas gente nova”²⁴⁷. Como editor, Lobato desejava manter o mesmo estilo do escritor de histórias de sacis e “jecas tatus”. Queria publicar textos que fossem escritos numa linguagem mais próxima dos “leitores novos”, sobre temas que lhes fossem íntimos e que dissessem de sua realidade próxima: “Nada de velharias, medalhões, nada de acadêmicos com farda de general de opereta do tempo de Luís XIV, armado daquela espadinha de cortar-papel”²⁴⁸. Quando enviou carta a Lima Barreto, em 1918, convidando-o a colaborar na *Revista do Brasil*, essa disposição já lhe parecia clara:

²⁴⁴ PAIVA, 2003, p.101.

²⁴⁵ Conf: ASSIS, Machado. *Obras Completas*, vol. 03 . Rio de Janeiro. Nova Aquilar, 1985, p. 344 e 345. Esta crônica foi mencionada no capítulo anterior.

²⁴⁶ Apud: AZEVEDO, Carmem Lúcia et all. *Monteiro Lobato, furacão na Botocúndia*. São Paulo, Senac, 1997, p. 124

²⁴⁷ Ibidem.

²⁴⁸ Apud: HALLEWELL, 1985, p. 246.

A Revista do Brasil deseja ardentemente vê-lo entre seus colaboradores. Ninho de medalhões e perobas, ela clama por gente interessante, que dê coisas que caiam no gosto do público. E Lima Barreto, mais do que nenhum outro, possui o segredo de bem ver e melhor dizer, sem nenhuma dessas preocupaçõeszinhas de *toilette* gramatical que inutiliza metade de nossos autores²⁴⁹

À exceção dos “mais-vendidos” – Coelho Neto, no romance, e Olavo Bilac, na poesia – de João do Rio, também com bastante prestígio e de Rui Barbosa, com suas obras jurídicas, os editores brasileiros pouco se aventuravam para além do segmento de livros didáticos, a não ser – é claro – se o autor financiasse a impressão. Ao contrário disso, Monteiro Lobato afirmava que: “Nosso gosto era lançar nomes novos, exatamente o contrário dos velhos editores que só queriam saber de consagrados”²⁵⁰. Neste sentido, se é possível supor que “grandes autores” surgem a partir da existência de um número significativo de autores medianos, tal iniciativa teria colaborado para o surgimento, uma década depois, de nomes como Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, entre outros. De qualquer forma, a editora de Lobato abriu espaço para autores, hoje pouco conhecidos, mas que, à época, obtiveram relativa popularidade. Em 1920, por exemplo, o romance humorístico *Professor Jeremias*, de Leo Vaz teve esgotado os seus exemplares em duas semanas e alcançou sua quarta edição no mesmo ano.

Também vieram à luz Toledo Malta, com *Madame Pommery*; Paulo Setúbal, com um livro de poesias, *Alma cabocla*, que vendeu seis mil exemplares, e o romance histórico *Marquesa de Santos*, traduzido para o francês, inglês, russo, croata e árabe, além de outros nomes mais conhecidos: Ribeiro Couto, o historiador Oliveira Vianna, Guilherme de Almeida, Gilberto Amado, Amadeu Amaral, Oswald de Andrade, Lima Barreto, Gustavo Barroso, Alphonsus de Guimarães, Menotti del Picchia, João Ribeiro e Mário Sette.

Muitas das iniciativas de Monteiro Lobato já haviam sido utilizadas pelo editor Pedro Quaresma e sua *Livraria do Povo*, na década de 1880. Naquela oportunidade supunha-se a emergência de uma “Era de Ouro da Escrita” no Brasil ou, ao menos, no Rio de Janeiro: surto passageiro. Como foi dito, a edição de livros, passados mais de um século da chegada dos primeiros prelos, era, ainda,

²⁴⁹Apud: AZEVEDO, 1997, p. 122.

²⁵⁰Apud: HALLEWELL, 1985, p. 246.

uma atividade bastante frágil. Destarte os esforços de Paula Brito, a fama da editora Garnier, a visão empresarial de Francisco Alves – que abriu filiais em São Paulo, Belo Horizonte e Portugal –, como negócio, o livro não merecia maiores investimentos e não encontrava quem quisesse por ele correr riscos. Como patrimônio cultural, menos ainda, faltavam bibliotecas públicas e o sistema escolar excluía boa parte da população, “essa gente aprende leitura por ai, à toa”.

Além disso, não é de hoje que o livro carrega um pesado manto que, se o enobrece, por um lado, por outro o coloca como algo, supérfluo. Não sendo o indivíduo profissional do saber, um especialista, não haveria porque fazer do livro algo que se tenha sempre à mão. Ao contrário, consumir muitos livros, devorá-los, é risco à própria saúde: Dom Quixote, Ema de Bovary e Policarpo Quaresma seriam apenas algumas de suas vítimas. Ao invés de se deixar abandonar nos livros, abandoná-los seria a melhor profilaxia para certos males do bolso e da mente de indivíduos frágeis.

O livro seria, também, algo quase sagrado, pontificado pela escrita dos próceres, reservado à sobriedade dos templos, ao uso dos sábios, dos sacerdotes. Para o vulgo inculto, adepto das frivolidades quotidianas, existiria a iconolatria, a especulosidade da voz de rapsodos, de arautos, do pároco ou de políticos obrigados a “precisão e clareza” e esforçados a “fazer-se ouvir e compreender”, como sugeriria Getúlio Vargas. Os livros não seriam veículos próprios a olhares e ouvidos desatentos, a estes melhor se adequam o palco, a praça, o púlpito ou o palanque e, hoje, os meios eletrônicos.

O invento de Gutenberg despiu um pouco o livro deste manto que envolvia, sobretudo, os velhos códices manuscritos. O livro impresso, sendo menos artesanal, se multiplicou até quase vulgarizar-se e as modernas máquinas impressoras tornaram-no produto industrial. O aparecimento do jornal e das revistas ilustradas, no entanto, fez destes veículos mais apropriados à escrita frívola, à matéria quotidiana e ao leitor amador, devolvendo ao livro a prioridade da leitura mais erudita e dos leitores mais graves. Desta forma, apesar de sua multiplicação, o livro não perdeu seu pontificado, permanecendo, em grande medida, a crença de que se destina aos mais habilitados, pois somente eles poderiam desvendar o que sua encadernação resguarda.

Parece vigorar uma equação de que quanto mais injusta a distribuição de bens culturais – materiais e simbólicos – mais o livro se reveste de seu manto

aurático: entre os menos favorecidos, por ser inalcançável; entre os abastados, por dignificarem e legitimarem suas posses, seu anel de rubi. Se esta equação for verdadeira, é de se imaginar que no Brasil oligarca de 1920, seria um sacrilégio expor livros numa bodega qualquer de periferia. Seria uma afronta anunciá-lo em folhetos baratos ou mesmo em páginas de jornal. A informação de sua existência e de suas qualidades deveria ser entregue a especialistas, a resenhistas, aos críticos, aos conselheiros e a outras autoridades gabaritadas. Nada de lançar pérolas aos porcos. O livro deveria permanecer reservado à intimidade dos saraus elegantes, aos convescotes das academias eruditas, à morbidez das bibliotecas dos palácios e aos gabinetes dos doutores.

Contrariando tais convicções, Monteiro Lobato havia colocado seus livros à venda em lugares pouco nobres. “Livro é sobremesa: tem que ser posto debaixo do nariz do freguês, para provocar-lhe a gulodice” ²⁵¹. A avaliação confirmaria a percepção de que o livro é um bem supérfluo, uma “sobremesa”; e que poderia se tornar um vício: “Deve-se enfiar o livro nas mãos do possível comprador, meio à força, como fazem os cambistas sabidos com os bilhetes de loteria” ²⁵². Por outro lado, expor livros em bancas de jornal ou, pior, numa mercearia, igualá-lo a bilhete de loteria, torná-lo vizinho de secos e molhados era algo visto com desconfiança. Apesar disso, tudo indica que estava dando resultado. A editora teria descoberto um filão inexplorado. O sistema de distribuição que Lobato havia montado permitia que aumentasse as tiragens e com isso diminuísse os preços dos exemplares:

Os nossos editores imprimem seiscentos exemplares de um Machado de Assis, de um Euclides da Cunha, de um Bilac, enfiam-nos nas prateleiras de duas ou três livrarias do Rio e daqui de São Paulo, e ficam pitando, à espera de que o morador do Amazonas, de Pernambuco, da Bahia, de Porto Alegre, etc., tome um navio e viaje uma semana, só pelo incoercível desejo de vir aqui comprá-los!²⁵³

A ironia de Lobato tinha destino certo, seus concorrentes não estavam dispostos a investir em grandes tiragens, ainda que fosse uma edição de autor consagrado. Ao contrário das demais editoras que preferiam trilhar um caminho seguro – “tantas galinhas velhas - Alves, Garnier, Brigueit – que de vez em

²⁵¹Idem, p. 131.

²⁵²Ibidem.

²⁵³Ibidem.

quando botavam um livro" ²⁵⁴ – Monteiro Lobato arriscava o capital obtido com a venda de sua fazenda, espalhava livros num território que, se acreditava, tinha poucos leitores, colhia frutos na quaresma..

A editora de Monteiro Lobato inovou, também, na divulgação de seu catálogo. A forma usual de seus contemporâneos era delegar ao livreiro a recomendação de um título ou, então, o consagrado boca a boca entre os leitores mais assíduos das poucas livrarias. Recuperando uma prática da década de 1880 e que havia sido abandonada nos primeiros anos do século XX, a editora de Lobato usava amplamente a propaganda em jornais. Foi assim que, em 1921, seu livro *Menina do narizinho arrebitado*, teve o lançamento anunciado em uma página inteira de diversos jornais, algo, no Brasil, totalmente inédito, considerando que era anunciado um único título de livro.

A ousadia foi ainda maior: a tiragem deste livro foi de 50.000 exemplares, um número absurdo ainda hoje, algo reservado para pouquíssimos autores. Deste total, seguindo seu faro “marqueteiro”, Lobato doou 500 exemplares a escolas, o que, também, não era algo comum que se fizesse. Conta-se que o Presidente do Estado de São Paulo, Washington Luis – o mesmo que intercedera para que Lobato se tornasse promotor na cidade de Areias –, ao visitar algumas escolas estaduais, teria tomado conhecimento da doação de Lobato e encarregou seu secretário, Alarico da Silveira, de comprar alguns outros. Da conversa de Lobato com Alarico, que não sabia ao certo quantos exemplares deveriam ser adquiridos, resultou uma venda jamais suposta: 30.000 exemplares.

Outra “curiosidade” a respeito do *marketing* de Monteiro Lobato diz da escolha dos títulos: “Ponha de preferência um nome feminino” – teria aconselhado, pois “cheirando a mulher lá dentro, os leitores concupiscentes comprem por ver: editar é fazer psicologia comercial.” ²⁵⁵ Além do título, a capa era outro cuidado. Conta-se que teria sido um verdadeiro fracasso comercial o lançamento, em 1919, de uma edição de 3.000 exemplares de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de Lima Barreto. Tal fato teria sido atribuído à cor da capa do livro, “esverdeada e neutra que nem estrume de vaca” ²⁵⁶. Lobato mandada trocar

²⁵⁴Ibidem.

²⁵⁵In: *Momentos do livro no Brasil*: edição comemorativa dos 30 anos de atividade da Ática. São Paulo, Ática, 1996, p.49.

²⁵⁶Ibidem.

a cor, a edição permaneceu encalhada, mas teria motivado o editor a dar mais atenção aos aspectos gráficos de seus livros. Colocar cores e ilustrações nas capas dos livros era algo muito utilizado quando da maior popularização dos livros, na década de 1890. Halleewell lembra que Dorothy Loos, em seu *Naturalist novel of Brazil*, acusou o sensacionalismo dos editores atuantes naquele período, referindo-se, entre outros, ao livro *Casa de pensão*, de Aluísio Azevedo, que foi publicado por Faro & Lino editores tendo na capa uma mulher nua, apenas com seus sapatos²⁵⁷. Tais práticas, porém, estavam fora de moda há muito tempo. A capa típica por volta de 1920 era apenas em papel cinza ou amarelo, com o título, o nome do autor e a marca da editora. Lobato rompeu com isso desde seus primeiros livros: "Chamei desenhistas, mandei pôr cores berrantes nas capas. E também mandei pôr figuras!"²⁵⁸.

É possível, no entanto, que, para o editor, fosse outra a razão do fracasso de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Aconselhando Godofredo Rangel, Lobato teria dito, em 1927, que escolhesse um título que se referisse à nobreza, e justificava: "O público prefere ler coisas de condes, duques, príncipes, reis e magnatas, em vez de aventuras e vidinhas miseráveis como a do M. J. Gonzaga de Sá. Aquele livro do Lima Barreto encalhou por causa disso"²⁵⁹. Além do título e da capa, a aparência interna dos livros também foi uma preocupação. A *Revista do Brasil* permanecia deficitária e Monteiro Lobato a chamava de sua "égua baia", explicando:

Você sabe, o sitiante, quando começa a vida, compra sempre uma égua, porque a égua é mais barata que um cavalo. Mas ele prospera, vai comprando cavalos e outros animais, vai enchendo o pasto, mas não tem coragem de dispor da égua baia que vai vivendo uma vidinha boa²⁶⁰.

A *Revista* tinha um leitor mais especializado, mais erudito e, talvez por isso, dava prejuízo. A partir de 1920, sua diagramação se tornou mais atraente, com uma apresentação gráfica menos pesada. O mesmo aconteceu com os livros da editora que tiveram, além disso, seus formatos reduzidos para 16,5 x 12,0cm,

²⁵⁷HALLEEWELL, 2003, p.251.

²⁵⁸Ibidem.

²⁵⁹Apud: KOSHIYAMA, 2006, p. 105.

²⁶⁰Carmen et al, 1997, p. 134.

semelhante aos folhetos de cordel, o que possibilitou redução de custos e do preço aos leitores.

Em dezembro de 1922, outros sócios passam fazer parte da editora. A direção literária continuou nas mãos de Lobato, e a gerência, nas de Octales Marcondes Ferreira – “uma fera de menino que quer ficar Matarazzo”²⁶¹. Também novos riscos são assumidos, incluindo a mudança de instalações e a aquisição de modernas máquinas gráficas impressoras, importadas dos Estados Unidos: “Há lá um mundo de linotipos e prelos e o diabo, adquiridos a prazo. O prédio é uma beleza – é um monstro. Adquirido também e a pagar-se em prestações mensais de contos e contos”²⁶². Outra providência foi passar a direção da *Revista do Brasil* para Paulo Prado e Sérgio Milliet: “Eles são modernistas e vão modernizá-la. Vejamos o que sai – e se não houver baixa no câmbio das assinaturas, o modernismo está aprovado.”²⁶³

O ano de 1922 pode ser entendido como um momento de considerável engajamento da intelectualidade brasileira nas questões políticas do país. Esse engajamento no ano do centenário da Independência pôde expressar o desejo de uma independência cultural, de um rompimento com uma tradição que mantinha o Brasil preso a padrões europeus, um rompimento com a concepção de que os artistas, os pensadores, os formuladores deveriam ser obedientes a uma cultura consolidada: parecia não haver temores em “acaboclar” a herança européia. 1922 é o ano da *Semana de Arte Moderna*. É também o ano de fundação do Partido Comunista do Brasil, que reuniria intelectuais com ideais nacionalistas e o ano em que se produziu a primeira revolta de jovens oficiais: o movimento tenentista, cujos desdobramentos influiriam nos destinos da editora de Lobato.

O fim da guerra na Europa trouxera um renascimento para as editoras brasileiras. Se no século XIX o comércio e a produção de livros estavam praticamente limitados à cidade do Rio de Janeiro, naquele momento, a capital paulista dava sinais de ser também um centro de produção editorial. Ao comentar esse *boom*, Wilson Martins, em sua *História da Inteligência Brasileira*, põe em dúvida a importância tantas vezes atribuída a Monteiro Lobato, diz ele:

²⁶¹Apud: KOSHIYAMA, 2006, p. 80.

²⁶²Apud: Carmen et al, 1997, p. 134 e 137.

²⁶³Apud: Carmen et al, 1997, p. 137.

Graças ao seu extraordinário poder de autopropaganda e ao meio privilegiado e prestigioso de publicidade que lhe propiciavam a *Revista do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, Monteiro Lobato monopolizou toda a glória da imensa expansão editorial dos anos 20, quando, na verdade, o mesmo fenômeno estava ocorrendo na Capital do país e em outras cidades, para nada dizer de publicações tiradas esporadicamente em centros menores.²⁶⁴

Quiséssemos fazer um levantamento rigoroso do movimento editorial brasileiro, inúmeros outros editores certamente deferiam ser citados, alguns, inclusive que editaram mais que a Monteiro Lobato & Cia. É possível, também, atribuir o destaque de Lobato à autopromoção, às bravatas e a suas relações com Washington Luís e outros políticos de destaque. O que, no entanto, penso ser possível destacar é o caráter inovador que Monteiro Lobato empreendeu em seu negócio que, em certa medida, acompanhavam os passos das inovações de sua escrita. Não só por seu estilo mais próximo dessa “gente (que) aprende leitura por aí, à toa”, mas por tratar de temas que despertavam o interesse desses leitores. Suas contradições “filosóficas”, ao menos em parte, podem ser creditadas a sua herança oligarca. Talvez por ser cafeicultor e bacharel, talvez por estar dividido entre ser escritor, um artista, e ser um editor, um empresário capitalista. Certa vez indagado sobre por que escrevia e editava certos livros, respondeu: “Por que se vende” – e concluiu o editor e empresário. “Já que o público é besta, toca explorar o público”²⁶⁵. Talvez por tudo isso.

Cabe ressaltar, entretanto, que o editor Monteiro Lobato, mais que o escritor, merece destaque por sua iniciativa de tornar o livro um produto menos sagrado e, portanto, mais acessível ao leitor impedido de frequentar livrarias, bibliotecas, rodas literárias, saraus elegantes e até mesmo as precárias escolas que existiam no país. Seu mérito está em ter apostado na percepção de que no Brasil havia leitores populares: “notícia desagradável a certos figurões representativos que nunca se ocuparam com essas coisas” – como teria dito Graciliano Ramos, que, em 1914, acreditava que “dentro de alguns anos o editor publicará maior número de livros e o jornal aumentará a tiragem. Influência do Ministério da Educação? Pouco provável”²⁶⁶.

²⁶⁴MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira, vol VI, p. 212. São Paulo, Cultrix, 1978.

²⁶⁵Apud: KOSHIYAMA, 2006, p. 70.

²⁶⁶Ramos, Graciliano, 1975, p. 09.

Ainda em 1920, as exportações brasileiras começam a cair e, junto com elas, o mil-réis. A maior parte das editoras brasileiras ainda mandava imprimir seus livros na Europa. A editora de Monteiro Lobato estava implantando sua própria oficina gráfica. Com a moeda brasileira desvalorizada, os custos de importação e as dívidas só aumentavam e, como seria de se esperar, o poder de compra do brasileiro decrescia. Sendo o livro comparado à sobremesa, não é de se estranhar que a atividade editorial – como sempre em tais situações – fosse duramente afetada. O sempre otimista Monteiro Lobato comprovava em seus balancetes: “A vendagem dos livros tem caído; todos os livreiros se queixam, mas o público tem razão. Câmbio infame, aperto geral, vida cara. Não há sobras no orçamento para a compra dessa absoluta inutilidade chamada livro”²⁶⁷.

Correr riscos em momentos de crise é algo impensável, mesmo para quem fora capaz de apostar uma fazenda no negócio de produzir uma “inutilidade chamada livro”. Mudou o vento, mudou a tática: corta-se literatura, cortam-se os autores desconhecidos, compensa-se com livros “didáticos”: “O bom negócio é o didático. Todos os editores começam com a literatura geral e por fim se fecham na didática. Veja o Alves.”²⁶⁸ – Lobato acabou admitindo que “o galinha velha” sabia bem mais do negócio de ganhar dinheiro com livros.

De fato, o segmento “livros didáticos” tem sido a salvação do negócio do livro no Brasil. O livro utilizado como suporte das atividades escolares se consagrou, desde a *Carta Régia* que autorizou o funcionamento dos prelos. Assinado em 13 de maio de 1808, o decreto de D. João VI autorizava que se imprimisse “exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos”. Dois meses depois, no entanto, seria autorizada a “auxiliar a educação pública”. Burocracia e instrução, ao que parece, têm sido os usos mais consagrados à escrita. Por conseguinte, obras jurídicas, de contabilidade, administração pública e privada etc, por um lado, e cartilhas, manuais, dicionários, enciclopédias, compêndios, coletâneas, antologias e almanaques, por outro, se tornam de consumo quase que obrigatório.

Outro segmento editorial consagrado seria o de “auto-ajuda”, conforme denominação atual. Tais livros, embora não sejam considerados “didáticos”, ao se proporem “ensinar” truques para tirar mancha da roupa, arrumar emprego ou

²⁶⁷Apud, Hallewell, 2003, p. 261.

²⁶⁸Idem.

casamento e até conviver ou curar angústias e idiossincrasias, fazem também a alegria de editores e livreiros. Os “religiosos” são também de grande procura, e não só a *Bíblia* ou o *Alcorão*: um universo de missais, conselhos, apologias, servem para reforçar a fé, ou permitir encontrá-la.

Uma rápida passagem de vista pelo catálogo dos mais bem sucedidos (comercialmente) editores e livreiros brasileiros, de Plancher, que se instalara no Rio de Janeiro em 1827, até os da atualidade, será possível notar que, com raras exceções, os segmentos de livros didáticos e paradidáticos, jurídicos e correlatos, religiosos e auto-ajuda (não necessariamente nesta ordem) são os que prevalecem. Há também os livros voltados para especialistas, obras definidas como científicas, acadêmicas, filosóficas. Estes sempre emprestaram seu prestígio e o de seus autores ao catálogo das editoras. Livros médicos, de engenharia, de ciências sociais, história, psicologia, doutrinas políticas ou filosóficas etc alteram-se, no tempo, na preferência dos leitores “graves”, os mais especializados, eruditos ou profissionais, os *lectors*.

Este tipo de leitor que prefere do livro a apologia se opõe àquele (normalmente aquela) que se acostumou a ter no romance um companheiro do ócio, um passatempo – os leitores “frívolos”. A leitura como atividade profissional adquire, com o tempo, novos adeptos entre os setores da elite brasileira, e se impõe como uma prática, uma disciplina, exclusiva aos “homens de pensamento”. Talvez tenha sido isto que motivou o diagnóstico do Dr. Inocêncio em relação à “mania” de Policarpo Quaresma: “Ele não era formado, para que meter-se com livros?”

No século XIX brasileiro, a expectativa pela Independência e, depois, pela sua afirmação fez com que as obras políticas – ao lado das jurídicas e, muitas vezes, com elas confundidas –, principalmente de autores franceses ou ingleses, alcançassem maior êxito de vendas. A partir das últimas décadas do século XIX, livros de sociologia, história, etnografia, crítica literária e outros que pretendiam dar conta da “psicologia” do brasileiro, de sua cultura, de seus modos de vida encontram grande aceitação entre nossos “homens de pensamento”. Autores como Varnhagen (*História Geral do Brasil*, 1857), Silvio Romero (*História da Literatura Brasileira*, 1888), José Veríssimo (*Estudos de Literatura Brasileira*, 1901), Nina Rodrigues (*Os Mestiços Brasileiros*, 1890), Euclides da Cunha (*Os*

Sertões, 1902), Capistrano de Abreu (*Capítulos de História Colonial*, 1907) e Alberto Torres (*O Problema Nacional Brasileiro*, 1914), só para citar alguns.

É infinito o universo dos livros, títulos e mais títulos sobre os mais diversos temas. Alteram-se as preferências, as tendências e o prestígio dos saberes e discursos e, com eles, a hierarquia dos segmentos que, também, adquirem diversas classificações, diversas definições, diversas nomenclaturas. Os livros úteis para o “ensino”, o livro considerado “didático”, e o livro do legislador, do financista, do político, no entanto, sempre gozaram de prestígio e, por isso, sempre foram considerados terrenos seguros para o editor. Jamais foi estranho aos comerciantes de livros, no entanto, que para caminhar sobre as glebas bem cercadas do “didático” é preciso gozar da intimidade dos governantes, dos legisladores e dos capitalistas.

Entre a população periférica, no entanto, nos setores médios e menos privilegiados das regiões urbanas e rurais – “essa gente (que) aprende leitura por ai, à toa” – ler continuava ser uma atividade, se não frívola, uma forma, talvez, de inserção numa cultura que, embora lhe fosse estranha ou até hostil, dela não queria permanecer excluída. Ocorre, no entanto, que “essa gente” – operários, camponeses, trabalhadores não especializados, funcionários de baixa hierarquia, mulheres –, apesar de formarem um segmento bem mais numeroso que o dos *lectors*, compunha um mercado mais sensível ao “mau humor” da economia e dos políticos. Em tempos de crise, de desvalorização da moeda e do produto do seu trabalho, pouco ou nada sobra dos gastos com o estritamente necessário para se manter vivo. Essa “inutilidade chamada livro”, portanto, se torna luxo, algo inalcançável. A opção de se refugiar no terreno seguro dos livros didáticos, tinha, portanto, uma razão de ser.

É provável que a edição de 50.000 exemplares de *Narizinho Arrebitado*, em 1921, não tenha sido movida por um impulso. Mais razoável tenha sido que o editor tivesse antes apresentado o original da obra às autoridades públicas e, uma vez conseguida a promessa de encomenda, tenha providenciado tão opulenta tiragem. Apesar disso, ainda que não contasse de antemão com as compras do governo, o editor tinha consciência que o setor “didáticos”, ou melhor, daqueles livros adotados pelo sistema escolar, figurava entre as prioridades da população.

Esta constatação talvez se baseasse no fato de que a escolarização já vinha sendo encarada como possibilidade de ascensão social ou, ao menos, de

manutenção de alguns poucos privilégios. Por outro lado, as sucessivas autoridades responsáveis pela educação do país enxergavam no livro “didático” um instrumento substituto de um corpo de professores mais bem capacitados. Graciliano Ramos, em suas recordações dos tempos escolares, lembra de suas relações com o Barão de Macaúbas (Abílio César Borges) – médico e educador que, entre outros, escreveu *Primeiro, Segundo e Terceiro Livro de Leituras* (1866 – 1881) e *Epítome da Gramática Portuguesa* (1860) :

Os meus infelizes miolos ferviam, evaporavam-se, transformavam-se em nevoeiro, e nessa neblina flutuavam moscas, aranhas e passarinhos, nomes difíceis, vastas barbas pedagógicas. Achava-me obtuso. A cabeça pendia em largos cochilos, os dedos esmoreciam, deixavam cair o volume pesado. Contudo cheguei ao fim dele. Acordei bambo, certo de que nunca me desembaraçaria dos cipoais escritos.

De quem seria o defeito, do Barão de Macaúbas ou meu?²⁶⁹

Feita esta digressão, voltemos a Monteiro Lobato. Sua empresa havia sido reorganizada como Companhia Gráfica-Editora Monteiro Lobato e iniciaram-se negociações relativas a fusão com a Leite Ribeiro, hoje Freitas Bastos, à época, principal livraria e editora do Rio de Janeiro e especialista em livros jurídicos. Nada disso, no entanto, foi suficiente para impedir o triste fim que se anunciava.

Não era novidade também que crises econômicas atraem crises políticas. Os acontecimentos de 1922, no Rio de Janeiro – consagrados pela historiografia como os *18 do forte* – tiveram prosseguimento, na capital paulista, em 05 de julho de 1924. Embora não contasse com o apoio da população e nem procurasse (seguindo a velha tradição golpista que, entre outros, proclamara a República), a guarnição de São Paulo, sob as ordens de seu comandante, general Isidoro Dias Lopes, havia deposto o governador do Estado, Carlos de Campos. As forças legalistas, aterrorizando a população, fizeram voltar a “ordem”, mas o levante acabou recebendo apoio militar em diversas outras partes do país. Houve rebeliões no Amazonas, Sergipe e Mato Grosso, porém a mais significativa se deu nas das tropas sediadas no Rio Grande do Sul: em outubro, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes, tem início a *Coluna Prestes*.

Lobato estava no Rio de Janeiro quando os distúrbios se iniciaram. Ao regressar, verificou que sua gráfica estava parada há um mês e ainda iria ficar por

²⁶⁹RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, Record, s/d, p. 119.

mais dois, o que significava um imenso prejuízo, principalmente para quem tinha inúmeras dívidas. No ano seguinte sua editora recebeu um novo golpe: a produção foi cortada pela drástica redução na produção hidrelétrica da Light. Lobato mantinha-se, ainda assim, otimista, mas o governo de Arthur Bernardes suspendeu as operações de crédito: a gota d'água num momento que a falta de chuvas deixava a cidade sem luz.

No dia 24 de julho de 1925 estava decretada a falência da editora que, se não foi a mais importante em volume de títulos e exemplares impressos, nem mesmo por editar autores consagrados ou que viriam a se consagrar, o foi por tentar tornar, a sua época, uma “sobremesa”, “uma inutilidade chamada livro”, menos escassa entre “essa gente (que) aprende leitura por aí, à toa”.

Cacos, buracos, hiatos e vácuos: o leitor e a Modernidade imposta

De cacos, de buracos
De hiatos e de vácuos
De eclipses, psius
Faz-se, desfaz-se, faz-se
Uma incorpórea face,
Resumo de existido
(Carlos Drummond de Andrade, in *Boitempo*)

Longe da Capital Federal e do centro das decisões, mas, nem por isso, ausente dos debates que, em fins da década de 1920, anunciavam profundas alterações na vida política brasileira, no interior do Estado de Alagoas, em sua fazenda São Bernardo, Paulo Honório pretende escrever um livro. Ele quer deixar registrada sua trajetória de guia de cego, filho de pais desconhecidos, a grande fazendeiro, temido e respeitado. Paulo Honório não era um “homem de pensamento” ou um “cultor das belas letras”. Da escrita era íntimo, somente, daquela que dizia de seus lucros contábeis. Por isso, recorreu aos préstimos daqueles que julgava mais hábeis na empresa de transpor para um livro as coisas que, naquele momento, lhe ditavam o pensamento, sobretudo, sua solidão. Seus planos, no entanto, tiveram que ser alterados: “João Nogueira (seu advogado) queria o romance em língua de Camões, com períodos formados de trás para diante. (...) Padre Silvestre recebeu-me friamente, (...) o redator do Cruzeiro (Gondim) apresentou-me dois capítulos datilografados, tão cheio de besteiras que me zanguei”. Paulo Honório achou o texto “pernóstico”. Gondim ainda tentou argumentar: “um artista não pode escrever como fala (...). A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa”. Foi em vão.

Paulo Honório é personagem do romance de Graciliano Ramos, publicado, originalmente, em 1933. Em *São Bernardo*²⁷⁰ sobressai um ambiente social

²⁷⁰RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. São Paulo, Martins, 1973. As referências a este livro são todas desta edição.

oscilante entre relações servis e inovações técnicas, permanências e rupturas, estagnação e modernidade.

A fazenda São Bernardo, assim como o país, atravessava um processo de intensas transformações: de latifúndio herdado por um bacharel pouco familiarizado com os negócios à próspera empresa capitalista. Paulo Honório, ao adquirir a propriedade, introduziu a mecanização e formas modernas de gestão dos negócios: “construir esta casa, plantar algodão, plantar mamona, levantar a serraria e o descaroçador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular”.

Em sua juventude errante, Paulo Honório, aprendera a ler e escrever “por aí, à toa”. Feito proprietário e capitalista, o “homem de ação” pretendia dos livros as precisões numéricas, a objetividade dos manuais de instrução, dos *vademecuns*, dos guias e dos catálogos que traziam atualidades e informações necessárias à sua empresa: “(...) a respeito de letras, sou versado em estatística, pecuária, agricultura, escrituração mercantil”. A bibliografia erudita e de caráter humanístico, a literatura romanesca e poética seriam coisas para desocupados, sonhadores, fracassados.

Também ao amor, Paulo Honório preferia o pragmatismo; à fruição dos sentimentos, a objetividade. Do casamento com Madalena, desejava, tão somente, um herdeiro de suas posses; dos amigos, fidelidade a seu poder e concordância com seus métodos. Madalena aceitara se casar e foi morar em São Bernardo, mas não se mostrava disposta a aceitar o lugar que a tradição lhe reservara. Ao contrário, ousou se manter fiel às suas convicções e pretendeu alterar as condições de existência em São Bernardo.

Afastada do meio urbano e do trabalho de professora, Madalena presenciava na fazenda algumas inovações técnicas no cultivo e no beneficiamento da produção. Por outro lado, abismava-se com as condições de vida dos empregados e agregados da propriedade. Impotente, refugiava-se nos livros, buscava neles alternativas à monotonia a que estavam todos condenados e, sobretudo, às relações de submissão. Enquanto isso, Paulo Honório se consumia em desconfianças e ciúmes de seus livros, de sua liberdade de leitora. Diante da intransigência do marido, sem o apoio dos mais próximos ou expectativas de uma atuação mais organizada, fragilizada e se sentido ameaçada mesmo em seu isolamento, Madalena, sem alternativas visíveis, opta pela morte.

Paulo Honório, por sua vez, se dá conta que foi dele a culpa pelo definhamento e morte de Madalena. Seu egoísmo conduziu seu negócio ao fracasso. Também ele estava condenado ao fracasso. Abandonara a si mesmo. Mesmo seu filho, o herdeiro desejado, não apontava para um futuro promissor. Ele havia transformado São Bernardo numa próspera empresa capitalista, mas não aceitara inovações nas relações humanas. Subjugava seus empregados. Desprezava todos ao seu redor. Não compreendia Madalena. Paulo Honório abandonara a si mesmo.

Penso em Madalena com insistência. Se fôsse possível recomeçarmos ... Para que enganar-me? Se fôsse possível recomeçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu. Não consigo modificar-me, é o que me aflige.

A molecoreba de Mestre Caetano arrasta-se por aí, lambuzada, faminta. A Rosa, com a barriga quebrada de tanto parir, trabalha em casa, trabalha no campo e trabalha na cama. O marido é cada vez mais molambo. E os moradores que me restam são uns cambembes como êle.

Para ser franco, declaro que êsses infelizes não me inspiram simpatia. Lastimo a situação em que se acham, reconheço ter contribuído para isso, mas não vou além. Estamos tão separados! A princípio estávamos juntos, mas esta desgraçada profissão -nos distanciou.

Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e o meu egoísmo.

Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins.

E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em tôda a parte!

A desconfiança é também consequência da profissão.

Foi êste modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma bôca enorme, dedos enormes.

Se Madalena me via assim, com certeza me achava extraordinariamente feio.

Fecho os olhos, agito a cabeça para repelir a visão que me exhibe essas deformidades monstruosas²⁷¹.

O livro que Paulo Honório pretendia escrever narrando sua ascensão se transforma numa tentativa de entendimento do abandono. A incapacidade de estabelecer alianças que fossem além de seus interesses de acumulação e perpetuação de seu capital teria se revelado a Paulo Honório como causa de seu abandono: “estraguei a minha vida estupidamente”²⁷².

²⁷¹P. 247.

²⁷²P. 246.

Penso que, com *São Bernardo*, Graciliano Ramos ajuda a compreender um Brasil que transitava, em fins da década de 1920, entre a tradição e o que seria novo, um país que pretendia e reivindicava seu ingresso na Modernidade. Restava, no entanto, um passado, que podia ser saudado como auspicioso, uma vez que as contradições pareciam estar soterradas pelo poder oligárquico. Este mesmo passado pôde ser apresentado como um peso que fazia frear o progresso. De um lado, permanecia uma tradição aristocrática, confundida com práticas agro-exportadoras e pré-capitalistas. Por outro, a sociedade brasileira havia construído um conjunto de valores bem mais diversificados do que aqueles dos tempos do império. Inúmeros grupos, mais ou menos organizados, possuíam interesses próprios e buscavam vantagens e formas de inserção numa Modernidade que parecia não poder mais ser adiada.

Sobrevivia uma oligarquia que negava qualquer possibilidade de interação entre inovações técnicas e transformação das relações sociais; desenvolvimento econômico e democratização da partilha dos bens materiais e simbólicos. Persistia uma intrincada rede de grandes proprietários que faziam sobreviver uma organização social arcaica e marcada pelo isolamento e pela submissão; um legado, um vício autoritário, um imenso abismo entre elite e vulgo.

Ao lado deste e sob a guarda do grande capital urbano, crescia o prestígio de grupos que defendiam a institucionalização das relações capital e trabalho. Exigiam um Estado mais forte e, por isso, capaz de deter a influência do latifúndio e alavancar o desenvolvimento econômico, a indústria e o progresso. O Brasil necessitaria de homens com visão de um futuro a ser alcançado.

No Brasil, as alianças podiam ter motivações distintas, mas, em certa medida, parecem ter sempre oscilado entre a manutenção de compromissos e a urgência das rupturas. Num ambiente dividido entre urbano e rural; industrialização e latifúndio; modernização técnica e imobilidade social, modernidade e tradição, o adiamento ou mesmo negação de certas transformações, muitas vezes, resultou em conciliação dos grupos hegemônicos. Em consequência, muitas vezes, este amaneiramento resultou em enfraquecimento ou morte das esperanças, principalmente entre aqueles engajados num projeto de democracia social, econômica e política. O equilíbrio desejado pelas elites, ao que parece, pôde até assimilar certas modernizações, mas parecia insistir que estas

modernizações não deveriam alcançar o conjunto da sociedade, sobretudo, não seriam destinadas aos setores empobrecidos.

Pelo menos até a década de 1930, o pêndulo que ditava o sentido do poder havia encontrado abrigo mais constante no latifúndio agro-exportador. Idéias como as de nacionalidade, de desenvolvimento, de soberania nacional, confundiam-se, muitas vezes, com manutenção do trabalho servil, com relações de dependência e submissão às classes proprietárias. A imensa maioria da população brasileira continuava sendo considerada inapta, desprovida de identidade, por isso deveria ser mantida sob o jugo das instâncias oligarcas. Assim sendo, as reivindicações populares, quase sempre, teriam sido tratadas pelos capatazes, capitães-do-mato ou forças policiais. Para muitos dos conservadores e progressistas, a nação podia até ser um desejo, um objetivo, um projeto. O povo, no entanto, seria, ainda, uma abstração, algo por vir, um problema.

A explicação podia ser o fatalismo histórico, psicológico ou até biológico, geográfico ou climático. As maiorias brasileiras estariam condenadas à submissão, seriam despossuídas de cultura ou, quando muito, identificavam-se com selvagerias, com práticas pouco civilizadas, por exemplo, a “velha praga” de lançar fogo ao mato. As maiorias seriam incapazes de ler e escrever ou, quando liam, se deixavam seduzir por frivolidades, por obras que em nada contribuíam para o progresso do país. A escolarização em massa, assim como, a reforma agrária, a derrubada de certos privilégios de classe jamais teriam sido efetivamente implantados no país, talvez, sequer sugeridos. Tais conquistas soavam como ameaça à soberania das elites, ameaça à nação. Desta forma, na conciliação das elites, prevalecia a “cordialidade”, enquanto, ao vulgo, se impunha o analfabetismo, o pelourinho, a chibata, a cadeia e o desabrigo.

Neste quadro de profundo abismo, de imensa exclusão social política e econômica, a constituição de um público receptor de bens materiais ou simbólicos esbarrava nos mesmos impasses. De um lado, a criação de um amplo mercado consumidor poderia favorecer grupos produtores e mediadores. Por outro, a incorporação dos setores hierarquicamente inferiorizados era vista com desconfiança, como uma ameaça à estabilidade, à paz social, à hegemonia da grande propriedade. Entre ampliar o mercado de bens materiais ou simbólicos ou restringi-lo às elites, optou-se por uma organização social de privilégios, por um imenso abismo que mantinha apartados elite e povo.

Tal opção impedia, ainda, o fortalecimento dos setores médios da população e contribuía para a letargia das relações sociais e políticas. Não obstante, as contradições não tinham como se manter soterradas e, ao emergirem, iriam decretar mudanças. A implantação do regime republicano pode ter sido uma tentativa profilática de impedir que os embates transbordassem para além dos círculos dominantes. A imagem de uma população passiva e indiferente aos acontecimentos políticos pôde ser oportuna aos poderosos. Muitos teriam acreditado que, uma vez excluída das escolas, do poder e do mercado, as maiorias não teriam como ler e escrever seus próprios sentidos da história.

A mesma aposta fizeram muitos que se envolveram no movimento que pôs fim a primeira fase da República. Em 1930, no entanto, a diversidade de interesses individuais e de grupos havia constituído uma sociedade de massa. Certamente, a maior circulação da cultura impressa em muito contribuiu para isso. Os leitores podiam até ser poucos, a escolarização era precária, o rádio engatinhava, apesar disso, as maiorias brasileiras teriam encontrado seus próprios instrumentos, ainda que frágeis, de inserção na cultura, de afirmação de identidade, de reivindicação de cidadania. A escrita pode ter permanecido como patrimônio exclusivo das elites, mas isso jamais impediu que os setores periféricos imprimissem suas marcas.

A partir do movimento de 1930, novos conceitos de cidadania, de nacionalidade e de soberania exigiam um novo pacto entre os diversos grupos que compunham a sociedade brasileira. Havia aqueles identificados com os hábitos, os valores e a linguagem consagrados nos setores populares. Outros, ao contrário, realçavam a necessidade de se consolidar a erudição, uma bibliografia que se tornara canônica e que podia ser encontrada, quase toda, nas estantes dos “homens de pensamento”. Havia, ainda, os que pretendiam a supremacia de um saber técnico, as inovações promovidas por um tipo de profissional que a industrialização colocara mais em evidência: engenheiros, administradores e sociólogos. Neste quadro, sobressaíam-se indagações acerca da tradição que deveria ser preservada, das modernizações que seriam urgentes e a quem cabia conduzir o país, rumo ao desenvolvimento, ao progresso, à industrialização, à Modernidade.

Assim, o abismo entre elite e povo estimulou idéias que concebiam “dois brasis”: um civilizado, outro selvagem ou bárbaro; um letrado, outro ágrafo; um

grave, outro frívolo. No curso do processo de industrialização, surge a concepção de um Brasil arcaico em oposição a um outro que seria moderno ou em vias de se modernizar. Um Brasil moderno, comandado por uma burguesia industrial, mercantil e financeira, estaria emergindo, na capital federal, na cidade de São Paulo e em algumas outras partes fortemente influenciadas pela presença maciça de imigrantes europeus. Diante disso, instalava-se um dilema: compromisso ou ruptura. Entre o Brasil aristocrata e o Brasil burguês, no entanto, havia um Brasil múltiplo que não tinha mais como permanecer oculto no jogo político dos grupos hegemônicos.

Inquietava especialmente as reivindicações operárias e uma sempre ameaçadora desagregação social. A violência policial parecia não ser mais o único remédio e a instrução pública – a escola formal e o ensino profissionalizante – podia contar com o entusiasmo de um grupo de educadores especialistas, entre outros, Lourenço Filho, Teixeira de Freitas, Carneiro Leão, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira. Essa “nova escola”, não mais seria compreendida como instrumento de “desalfabetização” ou de atendimento a interesses eleitorais. Além destes, setores ligados à indústria e às atividades urbanas pretendiam formar uma mão-de-obra mais bem capacitada para a produção, um operariado urbano com a disciplina necessária à produção capitalista.

De qualquer modo, havia sinais de mudança de mentalidade em relação à escola e à difusão dos bens simbólicos. No Brasil aristocrático, as elites estariam mais interessadas numa cultura geral ou nas atividades sociais, políticas e administrativas (filosofia, artes, ciências jurídicas e medicina). Entre os setores intermediários, ostentar um diploma de doutor correspondia quase a um título nobiliárquico. O bacharelismo seria suficiente, tanto ao ócio, como à vocação para o poder e às ambições de distinção. Este saber erudito, no entanto, não seria suficiente à industrialização, ao progresso, ao futuro do país.

Nos anos que marcaram a ascensão de Getúlio Vargas, o Brasil viveu um momento definidor de um novo tipo de leitor. Não mais um leitor grave que, da escrita, quer somente a tradição, um saber erudito e universal. Mais do que somente o “espírito”, a superação do atraso exigiria que estes leitores buscassem, do conhecimento, a “matéria”, a “simbiose necessária” entre pensamento e ação, conforme ressaltaria Getúlio Vargas, nos últimos anos de sua primeira passagem pela Presidência da República. Destes leitores, seria cobrada uma sintonia com os

avanços técnicos e tecnológicos, que colocasse o saber a serviço da produção em escala industrial e, sobretudo, que servisse ao progresso material da nação. Dos “frívolos”, pretendia-se que se adaptassem ao ritmo exigido pela industrialização, pela urbanização das relações sociais. Ao contrário da fruição desinteressada e da evasão dos acontecimentos quotidianos, desejava-se que a leitura popular fosse instrumento de qualificação do “braço”, de interação com a máquina.

Superadas as tensões dos primeiros anos, sobretudo as que determinaram o levante paulista de 1932, coube às instituições do Estado, mais do que ao idealismo solitário de alguns “homens de letras”, a tarefa de moldar este novo leitor. Não teriam sido poucas as dificuldades e foi, principalmente, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, se equilibrando entre compromisso e ruptura, que se deram as articulações e as ações que visavam à formação dos “novos leitores”.

No que concerne às atividades escolares, o pêndulo teria oscilado entre inúmeras opções que se contrapunham ou se aliavam. Havia os que defendiam uma educação humanística em oposição a uma outra que se pretendia técnica. Uns almejavam a difusão de um saber universal, em oposição aos que defendiam uma escola adaptada às distintas vocações dos múltiplos setores organizados da sociedade. Havia, ainda, os que punham ênfase na promoção dos valores éticos e ideológicos. Outros privilegiavam uma orientação leiga e agnóstica. Além destes, havia os que defendiam uma educação prioritariamente popular em combate aos que advogavam pela prioridade na formação das elites. Destacavam-se também, aqueles que militavam a favor de uma escola pública, enquanto outros, não menos aguerridos, queriam a educação sob gestão dos interesses privados.

De todo modo, embates entre diversos posicionamentos indicavam uma consciência de que o rumo da sociedade brasileira seria traçado de acordo com a orientação que fosse dada à educação escolar. Dentre os diversos grupos, a Igreja Católica, certamente, era uma das forças mais atuantes, com suas ações sendo articuladas, principalmente, pelo Movimento de Renovação da Igreja Católica. De seus protagonistas, destacava-se Alceu Amoroso Lima que procurou garantir a inclusão da tradição católica no bojo das modernizações a serem implantadas pelo Governo de Getúlio Vargas.

Num primeiro momento, a Igreja militante teria se oposto ao movimento liderado por Vargas, por acreditar que representava uma vitória dos tenentistas e,

com eles, das idéias associadas ao liberalismo e ao positivismo, cuja crença na técnica e na ciência como critérios de organização social, se opunha aos princípios católicos. Alceu Amoroso Lima chegara a admitir que o movimento seria "obra da Constituição sem Deus, da escola sem Deus, da família sem Deus."²⁷³ No mesmo tom, em 12 de outubro de 1931 – enquanto Guglielmo Marconi, de Gênova, na Itália, através de um sistema de rádio, fazia acender as luzes que marcariam a inauguração da estátua do Cristo Redentor – o Cardeal Leme, no Rio de Janeiro, diria à multidão: "ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhece o Estado."²⁷⁴ Na modernidade representada pelo dispositivo de Marconi, o Cardeal pretendia reafirmar a tradição de sua Igreja.

Desencontros à parte, por intermédio de Francisco Campos, a Igreja buscava seu espaço no novo regime, afinal, como, depois, supunha Alceu Amoroso Lima, havia no novo governo "uma corrente racional, tradicional e cristã" em oposição a uma outra "demagógica, libertária, que fatalmente levaria ao materialismo comunista e à perseguição da tradição cristã"²⁷⁵. De fato, em consonância com as expectativas de Alceu, foi promulgado o decreto que facultava o ensino religioso nas escolas públicas, abolido desde a Constituição de 1891.

Decerto, a iniciativa do governo provisório sinalizava uma aproximação, mas a Igreja tinha outras reivindicações. O ensino leigo e neutro seria, para os católicos, causa da "anarquia espiritual". A Igreja pretendia que o Estado se manifestasse a favor do ensino confessional católico e a atuação, entre outros, de Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro e de Fernando Azevedo, em São Paulo, sugeriam um fortalecimento dos ideólogos ligados à *Escola Nova*. Ao contrário de ter atendidas suas demandas, a Igreja sofreria um revés: o decreto de ensino religioso foi revogado e a reforma do ensino secundário, de abril de 1932, introduziu no currículo disciplinas de caráter técnico-científico. Mais que isso, a inspeção federal nas escolas e a interferência do governo na educação foram entendidas como fortalecimento daqueles que teriam assinado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, como processo de "laicização do ensino", de "lai-

²⁷³Apud: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bosquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra & São Paulo, EdUSP, 1984, p. 54.

²⁷⁴Ibidem.

²⁷⁵Ibidem.

cização da cultura", de "laicização do Estado", de implantação de uma "pedagogia comunista"²⁷⁶.

As forças armadas também se sentiam responsáveis pela educação da sociedade, desde, pelo menos, o surgimento da *Liga de Defesa Nacional*, como já foi mencionado.²⁷⁷ Os militares pretendiam uma escola voltada para a construção de um Estado Nacional forte e de uma ordem social, o que, de certa forma, estava sintonizado com as idéias de Francisco Campos, ocupante da pasta da educação até setembro de 1932.

Inicialmente, entusiasmado com os postulados defendidos pelo movimento da *Escola Nova*, Francisco Campos havia dirigido a reforma educacional de Minas Gerais. Com a posse de Getúlio, assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Depois de sua saída do Ministério de Vargas, assumiu, em dezembro de 1935, a Secretaria de Educação do Distrito Federal do governo do prefeito Pedro Ernesto, em substituição a Anísio Teixeira, que havia sido acusado de envolvimento no levante armado promovido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). No novo cargo, Campos deu fim à Universidade do Distrito Federal, uma das mais importantes iniciativas de Anísio. Francisco Campos foi também um dos mais importantes ideólogos do autoritarismo²⁷⁸, defendendo explicitamente que, numa sociedade de massas, tal a que se configurava no Brasil da década de 1930, a ditadura seria o regime político mais apropriado. Dois anos depois, fiel a suas convicções, tornou-se um dos elementos centrais da implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, sendo nomeado ministro da Justiça.

O projeto de Francisco Campos, inspirado nos movimentos facistas que dominavam parte da Europa, ancorava-se na idéia de que o Brasil atravessava um tempo de transição, uma "época profundamente trágica, em que se torna agudo o conflito entre as formas tradicionais do nosso espírito (...) e as formas inéditas sob as quais os acontecimentos apresentam a sua configuração desconcertante."²⁷⁹ Dentre estas "configurações desconcertantes" estaria a sociedade de massas e, por esta razão, os mecanismos de integração utilizados pelo liberalismo não seriam

²⁷⁶Idem, p. 58.

²⁷⁷Ver página 110.

²⁷⁸Sobre as idéias de Francisco Campos, ver: CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional. Sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.

²⁷⁹CAMPOS, 1940, p.05.

mais suficientes. Nesta sociedade, “o irracional é o instrumento da integração (...) e o mito (...) a técnica intelectual de utilização do inconsciente coletivo para o controle político da nação.”²⁸⁰ Neste sentido, a liderança carismática seria um instrumento de integração política da sociedade. Ao Estado autoritário, caberia a responsabilidade de educar a juventude, através da difusão de seu ideário, de seus símbolos e de seus rituais. No início, teria havido uma aproximação de Francisco Campos com a Igreja Católica, mas o poder de controle que ele atribuía ao Estado e o uso instrumental da propaganda ideológica, sem atender a religiosidade mais profunda, teria posto ambos em posições opostas, contribuindo para a saída de Campos do Governo.

Quem, todavia, deu marcas definitivas ao Ministério da Educação e Saúde foi outro mineiro, Gustavo Capanema. Tão logo empossado no ministério, Capanema recebeu de Alceu Amoroso Lima um rol de reivindicações²⁸¹. Algumas das propostas se referiam mais a procedimentos administrativos, como, por exemplo, a implantação de processos seletivos para os quadros do professorado e da administração escolar. Outras, no entanto, eram de caráter doutrinário e deixavam transparecer o desejo de influir profundamente na orientação pedagógica, nas opções ideológicas e nos meios de impôr um discurso a toda sociedade. Alceu insistia na tecla do ensino religioso curricular e, além disso, defendia a uniformidade curricular, com a inclusão das disciplinas das humanidades clássicas, latim, grego e “uma filosofia sã”. A liderança católica sugeria, também, a criação de uma revista de circulação nacional, na qual estariam de antemão vetados os pressupostos da Escola Nova, do “ecletismo” e do “bolchevismo”. Pretendia dar publicidade às “obras sadias e construtivas”, às “doutrinas antimarxistas” e à “documentação anti-soviética”. A Igreja reivindicava, ainda, facilidades para a implantação, na Capital Federal, de uma universidade católica e “atenção muito particular com o espírito ainda dominante em certos meios pedagógicos, particularmente em São Paulo”, onde Fernando Azevedo era Diretor Geral da Instrução Pública.

Gustavo Capanema foi nomeado em julho de 1934 e permaneceria à frente do Ministério da Educação e Saúde até o fim do Estado Novo, em outubro de

²⁸⁰Idem, p. 12

²⁸¹Para a lista manuscrita que Alceu Amoroso Lima entregou ao Ministro Capanema ver SCHWARTZMAN, 1984, p. 173 - 175.

1945. Sua projeção política se inicia com a eleição de seu primo, Olegário Maciel, para o governo de Minas Gerais, em setembro de 1930, quando, então, foi nomeado secretário do Interior e Justiça. Neste cargo, apoiou o movimento que depôs Washington Luís e conduziria Vargas à presidência da República. Em 1932, por ocasião da rebelião paulista, se manteve ao lado de Vargas e, no ano seguinte, com a morte de Olegário Maciel, tornou-se interventor federal em Minas Gerais, sendo, depois, substituído por Benedito Valadares.

Da Rua Bahia, em Belo Horizonte – freqüentando a mesma mesa de Abgar Renault, Pedro Aleixo, Pedro Nava, João Pinheiro Filho e Carlos Drummond de Andrade – ao encerramento de sua carreira política, Capanema parece ter sempre acompanhado o pêndulo que ditava os rumos da política brasileira. Após o fim do Estado Novo, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), mantendo-se ligado a Vargas. Eleito deputado federal constituinte por Minas Gerais, em 1945, obteve, em seguida, sucessivos mandatos parlamentares. Em 1964, apoiou o golpe que depôs o presidente João Goulart e, depois, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que, na farsa parlamentar da ditadura, apoiava os sucessivos governos militares. Permaneceu na Câmara dos Deputados até 1970 e, em seguida, sempre por Minas Gerais, obteve um mandato no Senado Federal, onde permaneceu até 1979.

O Período Capanema (1934 – 1945) na gestão do Ministério da Educação e Saúde foi marcado pelo acirrado debate travado entre grupos identificados com a Escola Nova – que defendiam um ensino laico e universal, sob a responsabilidade do Estado – e o grupo católico, que advogava um ensino livre da interferência estatal. Fiel aos princípios nacionalistas, principalmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, Capanema promoveu a nacionalização das escolas alemãs localizadas nas áreas rurais do sul do país. Sintonizado com o desejo de industrialização, implantou a Lei Orgânica do Ensino Industrial e, apesar das muitas divergências, estabeleceu parcerias com empresários que deram origem ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Por intermédio de seu Chefe de Gabinete, Carlos Drummond de Andrade, atendeu, ao menos em parte, demandas de grupos intelectuais, criando o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Tais iniciativas, somadas à criação da Universidade do Brasil e ao envolvimento com as questões do ensino básico, parecem indicar uma preocupação do Governo de Getúlio Vargas e, em especial, do Ministério Capanema com um fato apontado pelas “linhas tortas” de Graciliano, ou seja: “essa gente que aprende a ler por aí, à toa”. As ações do Ministério da Educação e Saúde parecem indicar uma disposição de tomar para o Estado a responsabilidade de influir em todos os instrumentos sociais de circulação da cultura, sobretudo, a escola (de todos os níveis), os veículos de comunicação e as instituições de preservação da memória nacional. Da mesma forma, os confrontos em torno das questões relativas a tal disposição sugerem um empenho de inúmeros grupos, mais ou menos organizados, para ampliar e dar contornos específicos ao mercado de bens simbólicos, definindo escolhas, mecanismos de troca, práticas e objetivos. As diversas orientações ideológicas não permitem concluir, portanto, que o Estado brasileiro, mesmo sob o autoritarismo, pudesse executar seus intuitos sem considerar ou mesmo incorporar a diversidade que, já então, fomentavam os debates em torno de um projeto de Brasil.

Algumas posições poderiam estar mais sedimentadas que outras e, por isso, teriam sido apresentadas com maior clareza. Em 1935, por exemplo, o mesmo Alceu Amoroso Lima – que havia recepcionado Capanema no Ministério com uma lista de reivindicações, sugestões e propostas – teria dito ao ministro que os católicos não queriam assumir postos no governo, mas na mesma carta enumerava seus objetivos:

1. Ordem pública, para permitir a livre e franca expansão de nossa atividade religiosa na sociedade.
2. Paz social, de modo a estimular nosso trabalho de aproximação das classes, que é, como você sabe, o grande método de ação social recomendada invariavelmente pela Igreja.
3. Liberdade de ação para o bem, mas não para o mal, para a imoralidade, para a preparação revolucionária, para a injúria pessoal.
4. Unidade de direção de modo a que a autoridade se manifeste uniforme em sua atuação e firme em seus propósitos²⁸².

²⁸²Apud: SCHWARTZMAN et al, 1984, p. 175.

No intrincado jogo do poder que teria marcado o Estado Novo, a burguesia industrial ascendente também tinha interesses a defender, preocupando-se, especialmente, com a formação e o controle dos recursos humanos empregados na produção.

Outros grupos que atuavam politicamente naqueles anos, procurando definir os rumos do país, talvez não estivessem tão organizados e, por isso, não tivessem tantas certezas quanto a suas pretensões. Mesmo aqueles com alguns representantes no governo – como os “homens de letras”, os “homens de pensamento”, que Getúlio Vargas se orgulhava de ter convocado – talvez não tivessem um discurso tão coeso, porém, ao que parece, não teriam renunciado ao engajamento, ao desejo de influir nos destinos do país. Alguns teriam percebido que não compunham uma classe social à parte e que sua inserção na sociedade estaria associada às alianças que pudessem estabelecer. Além daqueles que se mantiveram fiéis aos compromissos com a tradição, com uma democracia aristocrática, teria havido outros que, ao contrário disso, teriam desejado modernizações. Dentre estes, não foram poucos os que apostaram no autoritarismo, em maior ou menor grau, como única via possível para a Modernidade. Talvez houvesse ainda, embora de forma embrionária, uma outra parcela que pretendia, para si, uma maior autonomia, entendendo que o trabalho imaterial autônomo dependia de que, antes e da mesma forma, fossem estabelecidas relações também autônomas entre trabalho e capital.

O Estado imaginado pelos grupos que içaram Vargas ao governo não seria mais aquela instância fragilizada diante de líderes regionais. As controvérsias cultivadas entre alguns líderes políticos, principalmente os atuantes no Estado de São Paulo, indicavam contrariedade a um governo centralizador, o que teria promovido o levante de 1932. A implantação do Estado Novo, no entanto, deixou claro a quem caberia o controle das ações públicas, das instâncias de partilha dos discursos e das prováveis alianças ou disputas entre os diversos segmentos sociais. O Governo Vargas, sem dúvida, atuou, muitas vezes, de forma autoritária, pretendendo fragilizar a influência dos grupos organizados. O Estado Novo fechou partidos e parlamentos, perseguiu ou quis tutelar organizações civis e criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com o objetivo de difundir a ideologia do Estado. Nada disso, no entanto, foi o bastante para por fim a uma

tendência de maior participação política da sociedade e, em especial, dos trabalhadores, dentre estes, os intelectuais.

Empossado Ministro da Justiça, logo da implantação do Estado Novo, Francisco Campos pretendeu transformar em mera propaganda as iniciativas de governo, mormente aquelas voltadas para a circulação da cultura imaterial, a arte, a educação, a informação e o conhecimento. A sociedade brasileira já era de fato uma sociedade de massa: a frente anti-facista representada pela Aliança Nacional Libertadora (ALN) e a Ação Integralista Brasileira foram movimentos políticos de massa, de proporções até então desconhecidas em nossa história. Essa “socialização da política”, para Carlos Nelson Coutinho, “indica que já estavam em andamento os processos que levariam à criação, no Brasil, de uma sociedade civil autônoma e pluralista”²⁸³. É neste ambiente que os intelectuais puderam atuar e, para muitos deles, o Ministério de Capanema pareceu ser o espaço de suas vocações.

Não foram poucos os que se envolveram na construção desta sociedade e, certamente, não foram poucas, também, as contradições em que se viram envolvidos. Muitas vezes, pôde estar em jogo as próprias convicções, em outras, a vocação. Mário de Andrade, em carta de 22/07/1936, endereçada a Rodrigo M. F. De Andrade, diretor do SPHAN, teria manifestado algumas de suas angústias. À época, Mário era diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo e dizia ao amigo das dificuldades de conciliar suas múltiplas e distintas atividades, entre elas dar aulas, escrever artigos e cuidar da burocracia:

(...) surgiram trabalhos novos e urgentes, dos quais três pelo menos são enormes. Saiu a lei definitiva criando o Departamento de Cultura e em dois meses tenho que entregar ao prefeito, definitivamente redigido, a lei nova do Regulamento. É um livro. E eis que acabo de receber o comunicado pra elaborar o projeto completo de orçamento pro exercício de 1937, coisa que tenho de entregar até fins do mês que vem, à comissão organizadora. E todas as verbas pedidas, com justificação, explicação, citações européias, que você sabe são de enorme influência sobre o espírito nacional. Coisa sem citação européia não fica provada pra Brasileiro. Bem, e pra coroar tudo isso acabo de receber da Editorial Labor a incumbência de escrever o artigo e os verbetes sobre folclore musical brasileiro pro novo Dicionário de La Música que essa casa está editando. Tudo devendo estar em Barcelona a 1 ° de outubro próximo. Podia recusar, mas devia recusar?

²⁸³COUTINHO, Carlos Nelson. “Os intelectuais e a organização da cultura” In: *Cultura e sociedade no Brasil, ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 24.

Você, tenho a certeza que reconhece a obrigação moral em que estava de aceitar, tinha que aceitar e aceitei. Estou lhe contando tudo isto porque o caso do estudo sobre Manuel Bandeira me está deixando cada vez mais desesperado. Desejava é que você surgisse aqui de supetão, que você havia de encontrar sobre minha mesa uma pasta com o título "Manuel Bandeira" e dentro umas cinco ou seis folhas de notas. Reli essas notas ontem. Juro pra você: é porcária, é detestável, é tão mesquinho, tão indigno do Manuel, já não digo indigno de mim, que positivamente desisto disso, vamos fazer uma coisa. Mando a vocês organizadores da homenagem uma carta apenas, me desculpando por não mandar em tempo o estudo pedido, e mando dedicado ao Manuel um poema pra ser publicado no livro. Será a minha homenagem essa dedicatória. Ao mesmo tempo que faço questão absoluta de colaborar na parte material do livro: mandem dizer qual a minha quota que enviarei o dinheiro imediatamente. Vocês publicarão carta e versos. Ficará assim provada a admiração enorme que tenho pelo Manuel na carta, e a homenagem será lírica. Dos poucos versos inéditos que tenho, considero o "Rito do Irmão Pequeno" a coisa melhor. Mandarei isso, e mandarei também o "Girassol da Madrugada" pra vocês escolherem (...)²⁸⁴.

A Igreja tinha seus quadros intelectuais – Alceu Amoroso Lima era o de maior destaque, mas não o único – o empresariado, certamente, arregimentara os seus, mas, vistos em seu conjunto, seria impossível definir uma linha ideológica ou mesmo um projeto de país que unisse a todos. Havia a questão da nacionalidade, porém, mesmo esta não possuía uma estratégia única para ser citada. O desenvolvimento e o progresso também eram fatores de discórdia entre os que se espelhavam na Modernidade europeia e os que não abriam mão de uma alternativa brasileira. Havia, ainda, os que apostavam na ação centralizadora do Estado e os que, fiéis a tradição liberal, pretendiam um comando entregue às instâncias representativas da burguesia industrial ascendente. Nos grupos que faziam oposição ao governo encontravam-se tanto os que se mobilizaram junto à Aliança Libertadora Nacional, pretendendo um rompimento mais radical com a tradição elitista e excludente, quanto os que se empolgaram com os integralistas (AIB) liderados por Plínio Salgado que, inspirados pelo nazi-fascismo, defendiam o autoritarismo até as últimas consequências.

Entre os que estavam próximos ou faziam parte dos quadros do governo também não eram poucas as ambigüidades. Se na área escolar, os confrontos tinham como epicentro a extensão do envolvimento estatal e as orientações pedagógicas e filosóficas, quanto aos outros meios de difusão dos bens

²⁸⁴IN: ANDRADE, Mario. *Cartas de trabalho – Correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Pró-Memória, 1981, p. 59.

simbólicos, a polêmica era travada em torno de uma tênue linha que divide opções distintas, mas que, ao mesmo tempo, permitem aproximações e distanciamentos, num sentido ou em outro. De um lado pretendia-se a ampla circulação da arte, do conhecimento e da informação, com intenções educativas e formadoras de um público de receptores ativos e dotados de subjetividade própria. De outro, alinhados com as posições de Francisco Campos, havia os que defendiam ações de mobilização político-social e de propaganda, visando controlar as “massas”, inculcando valores, percepções e ideologias acordadas entre forças dominantes.

De um extremo a outro, passando por inúmeráveis níveis intermediários, de formas mais ou menos intensas, este debate perspassava todo o Governo Vargas e também (ou principalmente) as ações orientadas para o grande público. Neste sentido, se o Instituto Nacional do Livro pouco foi afetado, em função de que o seu objeto era ainda exclusivo para minorias, o mesmo não ocorreu com as transmissões radiofônicas e com o cinema. Eram estes os meios em que se apostava o maior número de fichas e em torno do qual se acalorou o debate entre educação e propaganda.

Já em 1932, ainda na gestão de Francisco Campos, o Governo Provisório havia previsto que o Ministério da Educação e Saúde deveria orientar o rádio e o cinema. Gustavo Capanema, por sua vez, teria sugerido a criação do Departamento de Propaganda do Ministério que teria por objetivo “transpor os limites apertados das instituições existentes”²⁸⁵ e, com isso, atingir “a todas as camadas populares”. Capanema especifica, ainda, que aquele departamento “deverá ser um aparelho vivaz, de grande alcance, dotado de um forte poder de irradiação e infiltração, tendo por função o esclarecimento, o preparo, a orientação, a edificação, numa palavra, a cultura de massas.”²⁸⁶

No século XIX, os jornais haviam se firmado como veículo de forte influência nos diversos setores da sociedade. O livro, ao contrário, atingia grupos muito específicos, mesmo entre a população alfabetizada. Na primeira fase da República, os jornais haviam se transformado em verdadeiros palanques eleitorais ou trincheiras de lutas entre chefes políticos. Na eleição que Getúlio Vargas travou contra Júlio Prestes – o candidato situacionista – os jornais, em sua maioria, se postaram ao lado da Aliança Liberal de Vargas. Com o movimento

²⁸⁵TC, p. 87.

²⁸⁶Idem.

que depusera Washington Luis, intensificou-se o cenário de disputas: alguns pregavam a normalização constitucional e a convocação de eleições para todos os níveis; outros pretendiam que se alongasse o período de transição. Os jornais, desta vez, estavam contra Vargas.

Apesar de derrotados em 1932, os paulistas conseguiram, em 1934, que fosse convocada uma Constituinte e foi realizada uma eleição indireta que, no entanto, foi vencida por Vargas. A normalidade constitucional, portanto, não aplacou o desejo por mudanças mais radicais, especialmente as defendidas pela organização operária. Preocupava, ainda, o crescente número de filiados à Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932 e o surgimento, em 1935, da Aliança Libertadora Nacional, que reunia antigos participantes do movimento tenentista, membros do Partido Comunista, simpatizantes das idéias socialistas e muitos dos insatisfeitos com os rumos do governo.

Como resposta, mais do que controlar a escrita dos jornais, o controle do cinema passou a ser visto como fundamental, uma vez que este teria o poder de "influir beneficentemente sobre as massas populares, instruindo e orientando, instigando os belos entusiasmos e ensinando as grandes atitudes e as nobres ações" ²⁸⁷. O reconhecimento do poder de sedução do cinema, no entanto, não impedia que fosse percebida também sua ameaça: "pode, também, ao contrário disso, agir perniciosamente, pela linguagem inconveniente, pela informação errada, pela sugestão imoral ou impatriota, pela encenação do mau gosto." ²⁸⁸

Pelo menos, desde o Discurso Socrático, que tais preocupações rondam as representações humanas. Platão dizia da escrita alfabética; Capanema, do cinema, e pretendia que a intervenção do Estado pudesse "fazer do simples meio de diversão que ele é, um aparelho de educação" ²⁸⁹. Para isso a ação censória seria decisiva, para que os textos cinematográficos fossem "escoimados dos elementos maléficos e corruptores que contiverem" ²⁹⁰. Além disso, a seleção de conteúdos se daria através do estímulo à indústria cinematográfica privada e do "cinema pedagógico", que seria exibido nas escolas "como processo auxiliar do ensino das matérias constantes dos seus programas". Para Capanema, seriam atendidos, desta

²⁸⁷Ibidem.

²⁸⁸Ibidem.

²⁸⁹Ibidem.

²⁹⁰Ibidem.

forma, dois grandes objetivos que se entrelaçam: "o problema do cinema como aparelho de educação popular e o problema do cinema como meio de ensino das escolas". E prossegue, esclarecendo sua estratégia: "O Departamento de Propaganda, que terá como um de seus objetivos cuidar do primeiro, poderá igualmente, com a colaboração do Departamento de Educação, cuidar do segundo."²⁹¹

Em julho de 1934, foi criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, porém junto ao Ministério da Justiça. A reforma do Ministério da Educação e Saúde, em janeiro de 1937, institucionaliza, ainda, o Instituto Nacional de Cinema. Além dele, sob a gestão de Capanema, é criado o Serviço de Radiodifusão Educativa, que acirra as controvérsias em torno dos limites entre democratização ou maior ampliação do mercado de bens simbólicos e a mera propaganda. Em 1938, Capanema expõe suas convicções sobre a atuação de seu Ministério na área de radiodifusão, se colocando contrário às pretensões de Francisco Campos, já então no Ministério da Justiça. Para Capanema, também o rádio, podia ser empregado tanto nas atividades escolares, como nas de propaganda, esta já sob os domínios do Ministério da Justiça. Escreve Capanema:

É preciso introduzir o rádio em todas as escolas – primárias, secundárias, profissionais, superiores, noturnas e diurnas – e estabelecer, através deste poderoso instrumento de difusão, certa comunhão espiritual entre os estabelecimentos de ensino. O rádio será o único meio de se fazer esta comunhão de espírito, pois (...) tudo concorre a separar e isolar as nossas escolas, que são aqui e ali colméias autônomas, cada qual com uma mentalidade e todas distantes do sentido que nós cá do centro desejamos imprimir-lhes.²⁹²

Seguindo estas premissas, Capanema propunha a criação de uma estação radiodifusora sob o controle de seu Ministério, dirigida por um professor "para caracterizá-la como aparelho de estrita aplicação escolar." Rebate, ainda, a tese que defendia os domínios de Francisco Campos:

O Ministério da Justiça precisa, sim, de todas as estações radiodifusoras existentes no país, durante o dia e durante a noite. Deve ser fixado em lei o tempo que as estações deverão dar à difusão do departamento de Propaganda, tempo este a ser utilizado parceladamente nos intervalos das irradiações musicais, de tal modo que todos sejam forçados a ouvir os textos mandados pelo governo, do

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² Idem, p 88 e 89.

mesmo modo que ouvem os anúncios comerciais (...). Se, porém, o Ministério da Justiça passar a usar uma determinada estação dia e noite para sua obra de propaganda, o resultado será fatalmente o seguinte: tal estação não terá nenhum público, pois todo mundo, mesmo os amigos do governo, ligará o aparelho para as outras estações.²⁹³

Os conflitos se estenderam também junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 e subordinado diretamente à Presidência da República. Em razão de suas áreas de atuação, não foram poucos os atritos do DIP com os grupos preocupados com os usos das artes, do conhecimento e da informação. Ao DIP, cabia coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, censurando ou fomentando as atividades consideradas formadoras de opinião ou de comportamentos simpáticos ao regime. Desta forma, possuía setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa, influenciando nestas áreas e também nas práticas esportivas e recreativas, manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências, além de dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo.

Na imprensa, a uniformização das notícias era garantida pela Agência Nacional, que as distribuía gratuitamente ou como matéria subvencionada. Quanto ao rádio, o DIP buscou difundir seu uso nas escolas e nos estabelecimentos agrícolas e industriais, além de transmitir o programa oficial "Hora do Brasil", para todo o território nacional. Outra realização do DIP foi o "Cine-jornal Brasileiro", série de documentários de curta-metragem de exibição obrigatória antes das sessões comerciais. Em 1942, Roquette Pinto – então, diretor do Instituto Nacional do Cinema Educativo – se apressa em distinguir sua atividade: "No Brasil o INCE é exclusivamente consagrado ao cinema educativo, em nada pode perturbar quaisquer planos ministeriais de propaganda"²⁹⁴, finalizando que o "INCE vem, em marcha progressista e ascendente, servindo honestamente à cultura do país"²⁹⁵

O DIP se assemelhava a um "super ministério", exercia censura às diversões públicas, controlava a informação, a publicidade e a propaganda dos ministérios, departamentos e órgãos da administração pública, sendo motivo, por isso, da antipatia de muitos e da subserviência de outros. No que concerne a

²⁹³ Idem, p. 89.

²⁹⁴ Idem, p. 89

²⁹⁵ Ibidem.

edição de livros, o DIP realizava concursos de monografias sobre temas nacionais e foi através de seu setor de divulgação que se editaram várias coleções como a *Coleção Brasil, Vultos, datas e realizações* e *O Brasil na guerra*. Para divulgar essas obras foi criada uma rede de bibliotecas em escolas, quartéis, hospitais e sindicatos, o que, não sem razão, conflitava com os objetivos do INL – Instituto Nacional do Livro.

Criado por decreto presidencial, em de 21 de dezembro de 1937, o INL tinha como atribuições:

Organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário de Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições; editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional; promover medidas necessárias para aumentar e baratear a edição de livros no país, bem como facilitar a importação de livros estrangeiros; incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas, em todo o território nacional²⁹⁶.

Subordinado ao Ministério Capanema, o INL foi dirigido inicialmente pelo escritor, poeta e crítico literário Augusto Meyer que contou com a colaboração de vários intelectuais, entre os quais, Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade. De suas atribuições, até 1945, não tiveram progresso nem o dicionário nem a enciclopédia brasileira. Quanto à edição de livros, somente a década de 1950 trouxe algum impulso. Foi nessa atividade que se deram os maiores conflitos, com DIP assumindo a condição de órgão censor das publicações nacionais e importadas. Quanto ao INL, se a publicação de livros, do Dicionário ou da Enciclopédia não chegou a termo, vale ressaltar, no entanto, o aparecimento de aproximadamente 100 novas bibliotecas públicas, mediante a distribuição de mais de 20 mil volumes, principalmente nos estados menos prósperos do país.

Hoje, este número pode parecer pouco significativo, porém outros números fornecidos por Fernando Azevedo²⁹⁷ talvez ajudem a entender o porquê desta prioridade.

Em 1938, não incluindo as escolares, as bibliotecas públicas existentes nas capitais somavam 192, pelas quais passaram, naquele ano, quase um milhão de

²⁹⁶Decreto-lei que cria o Instituto Nacional do Livro, 1937. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/CDE/ SDE, Decretos-Leis. Este documento, a 02/07/2006, encontra-se disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp_inl.htm.

²⁹⁷AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. Brasília, UnB, 1963, p. 698. Ver também páginas 403, 404, 603, 604, 659, 660 e 699.

leitores: 48 estavam instaladas em Porto Alegre; 47 em São Paulo; 17 em Recife; 14 em Florianópolis; 13 em Salvador e as restantes, espalhadas pelas outras capitais. Isso, no entanto, de certo não era o bastante. Além disso, historicamente, as bibliotecas brasileiras seriam mais voltadas para a preservação do que para disseminação do saber, sendo os livros mais contemplados que utilizados como efetiva ferramenta para o exercício intelectual ou simples lazer. Note-se que antes de 1808, eram raras as bibliotecas, sobressaindo-se, apenas, as das ordens religiosas: no Rio de Janeiro, a do Convento do Carmo, fundada em 1545, e a do Mosteiro de São Bento, que também possuía bibliotecas em Salvador e em Recife, estas remontam do século XVI; em Minas Gerais, a do Seminário de Mariana, de 1748. Com a chegada da corte portuguesa, foi aberta ao público, em 1814, a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Todas estas, no entanto, mantinham uma freqüência, raras exceções, notadamente elitista.

É provável que tenham colaborado as teorias da Escola Nova que consideravam o livro (não necessariamente aqueles incluídos no segmento “livros didáticos”) elemento auxiliar de educação e a convicção de que a precariedade do livro no Brasil se devia muito mais às frágeis condições de circulação do que, propriamente, às condições de produção. Talvez, os gestores do INL – muitos deles escritores – tenham percebido que, no Brasil, os equipamentos de partilha da cultura excluem grande parte da população, se mantendo restritos a grupos economicamente privilegiados. A ampliação da rede de bibliotecas seria, assim, entendida como forma de levar o acervo bibliográfico existente aos setores da sociedade cujos indivíduos aprenderam a ler “por aí, à toa” e não apenas àqueles que, além de leitores, são também autores e difusores de discursos.

Neste sentido, é possível supor que a expansão do serviço de bibliotecas teria como expectativa a constituição de um público leitor mais amplo e mais diversificado. O entusiasmo com a criação de um maior número de bibliotecas populares pode ser percebido, por exemplo, em Mário de Andrade:

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores do ensino secundário, por exemplo... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado

para a estabilização de uma entidade racial, que, coitada, se acha tão desprovida de outras forças de unificação²⁹⁸.

Por outro lado, as empresas brasileiras dedicadas à edição de livros, em 1938, já possuíam alguma solidez. Algumas destas empresas possuíam estrutura financeira suficiente para arcar com os investimentos necessários à publicação de obras consideradas, pelo INL, de “grande interesse para a cultura nacional”. Editoras como Globo, de Porto Alegre; a Nacional, de São Paulo e a José Olympio, do Rio de Janeiro – só para citar as mais representativas – se constituíam como empresas capitalistas e, embora fossem de custo excessivo frente aos baixos salários praticados no país, os livros impressos gozavam de incentivos do governo, através de isenções alfandegárias do papel importado. Além disso, embora não fosse o suficiente, a produção nacional atendia de forma bastante ampla os interesses do leitor brasileiro. Prova disso foi a significativa diminuição da quantidade de exemplares importados da França: em 1910, pesavam quase 500 toneladas; em 1925, menos de 350 toneladas; em 1936, pouco mais de 18 toneladas²⁹⁹. É claro que para isso contribuiu o aumento dos custos de importação, mas a opção de traduzir autores estrangeiros demonstra a capacidade de arriscar capital na compra de direitos autorais e no pagamento dos serviços de tradutores: em 1939, foram traduzidas 231 novas obras publicadas originalmente em diversos idiomas; em 1943, foram 514; somadas as traduções do período 1939 – 1943 alcança-se o número de 1747 novas obras³⁰⁰.

Além de Monteiro Lobato que, em 1937, vendeu pela Editora Nacional 1,2 milhão de exemplares de livros de sua autoria, Humberto de Campos, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, da José Olympio; e as traduções da editora Globo permitiam algum ganho para os empresários do livro. Outro dado que demonstra o crescimento do negócio do livro é o número total de títulos publicados no Brasil: em 1938, foram 1.022; em 1943, quase que dobrou, foram 2.105 títulos; somados os títulos publicados no período 1938 - 1943, alcança-se a cifra de 9.738 títulos, a maioria obras de literatura, 2.484³⁰¹. Testemunhando esse crescimento, como já havia ocorrido no passado, Jorge Amado, em 1940, numa

²⁹⁸ ANDRADE, Mário. Bibliotecas populares. *Revista Livro*, v. 2, n. 5, p. 7, 1957.

²⁹⁹ Sobre estes números, ver HALLEWELL, 1985, p. 328.

³⁰⁰ Dados obtidos em: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001, p. 150.

³⁰¹ Ver HALLEWELL, 1985, p. 426.

reportagem publicada em *O Observador econômico e financeiro*, teria acusado a invasão de “subliteraturas estrangeiras” que enchiam as livrarias³⁰².

Certamente, muito ainda precisava ser feito para ampliar a produção de livros, mas também parece certo que o atendimento das demandas populares e sua inserção no mercado de bens simbólicos seria o meio mais eficaz de fazê-lo. Assim sendo, ao que parece, a ênfase na criação de bibliotecas teria sido justificada pela necessidade de tornar o livro mais acessível ao leitor popular o que, por efeito, impulsionaria a produção mais do que a adoção de medidas protecionistas, que favoreceriam, tão somente, a alguns editores e poucos autores. Medidas de patrocínio ou subsídio, por sua vez, foram de alguma maneira efetivadas pelo DIP e, de forma transversa, pela polícia de Felinto Müller, ao incinerar alguns títulos e prender, entre outros, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz.

Em dezembro de 1943, ao tomar posse na Academia Brasileira de Letras, a primeira experiência de Getúlio Vargas na presidência do país estava com seus dias contados. Na ocasião, Getúlio, finalizando seu discurso, afirmara que “o Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural”. De fato, a atuação de seu governo nos campos político e econômico foi marcada por ações que pretendiam conciliar as distintas aspirações dos diversos grupos que formavam a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, as oscilações pendulares tenderam ora para a manutenção de compromissos com a tradição oligárquica, ora com os da burguesia industrial ascendente e desejosa de modernizações. Na tarefa de promover a “emancipação cultural” não teria sido diferente e também não foram diferentes os impasses dos que participaram mais ativamente do Ministério Capanema assim como de todos que viveram aqueles dias.

Estas tensões puderam se expressar, por exemplo, numa carta que Carlos Drummond de Andrade enviara ao Ministro em março de 1936. Nela, o chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde se mostra contrariado pelo convite que Capanema havia feito a Alceu Amoroso Lima para proferir uma conferência sobre “A educação e o comunismo”. O poeta não compareceu e colocou seu cargo à disposição:

³⁰²Sobre isso, ver: LOPES, Moacir C.. *A situação do escritor e do livro no Brasil*. Rio de Janeiro, Cátedra, 1978, p. 143

Meu caro ministro e amigo

(...) não podendo participar de um ato público, promovido pela autoridade a que sirvo, e que visava afirmar, mais do que uma orientação doutrinária, um programa de ação do governo, eu não só deixava de servir a essa autoridade como lhe criava uma situação desagradável. É verdade que minha colaboração foi sempre prestada ao amigo (e só este, de resto, lhe perdoaria as impertinências de que costuma revestir-se) e não propriamente ao ministro nem ao governo, mas seria impossível dissociar essa entidade e, se eu o conseguisse, isto poderia servir de escusa para mim, mas não beneficiaria o ministro. É verdade, ainda, que não tenho posição à esquerda, senão apenas sinto por ela uma viva inclinação intelectual, de par com o desencanto que me inspira o espetáculo do meu país. Isto não impede, antes justifica que eu me considere absolutamente fora da direita e alheio a seus interesses, crenças e definições. E aí está a razão por que me julguei impossibilitado de ouvir o meu amigo pessoal Alceu (...). Minha presença na conferência de hoje seria mais, talvez, do que silenciar inclinações e sentimentos. Poderia ser tida como repúdio a esses sentimentos e inclinações. Por isto não fui ao Instituto.

"(...) daí esta carta, que tem o mais razoável dos propósitos: o de não permitir que, para não magoar o amigo, você ponha em risco a sua situação política e, mesmo, a sua posição moral em face ao governo. O amigo está intacto e continua a desejar-lhe bem. Dispensado o diretor de gabinete (e que irritante diretor de gabinete tem sido o seu), você conservará o amigo e afetuoso, que o abraça fraternalmente, Carlos³⁰³.

Vale, ainda, mencionar o comentário de Antônio Cândido que percebe naqueles dias uma “atmosfera de fervor”, um “marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um ‘antes’ diferente de um ‘depois’”³⁰⁴. O autor percebe que naqueles anos foi gerado um “movimento de unificação cultural”. Cândido ressalva que a circulação da cultura teria permanecido restrita a uma minoria, mas ele não tem dúvida de que “houve alargamento de participação dentro do âmbito existente, que por sua vez se ampliou”³⁰⁵. De fato, se os números explicam alguma coisa, ao examinarmos os índices de escolarização, é possível perceber que, em 1933, havia 2.221.904 indivíduos freqüentando cursos de ensino primário e, em 1945, esse número alcançou a cifra de 3.496.644, quase 60% a mais. No ensino médio, de 167.641 estudantes, em 1933, chegou-se a 465.789, quase o triplo. Quanto ao ensino superior, os números pouco oscilaram no período, de 24.166 para 26.757. Isso não é tudo, e é o mesmo Cândido que dá o seu testemunho:

³⁰³TC, p. 83 e 84.

³⁰⁴CÂNDIDO, Antônio. “A revolução de 1930 e a Cultura”, in: *Educação pela noite*. São Paulo, Ática, 1987, p. 181.

³⁰⁵Idem, p.182.

Os anos 30 foram de engajamento político, religioso e social no campo da cultura. Mesmo os que não se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período³⁰⁶.

Na história brasileira, houve outros momentos em que o engajamento pela formação, ampliação e consolidação de um mercado nacional para a cultura ocupou indivíduos e grupos diversos da sociedade. Se, na segunda metade do século XIX os jornais e os livros foram os instrumentos consagrados, nos anos da “Era Capanema”, além da escrita, havia o rádio, o cinema e um maior interesse pela escolarização de todas as camadas sociais. Por outro lado, a sociedade brasileira tornou-se mais complexa e diversificada e ampliaram-se os debates em torno da elaboração de um sentido de nação e de um projeto de país, ocupando muitos dos que viveram as contradições expostas por uma sociedade, ainda, profundamente injusta.

O Brasil da “Era Vargas” foi incapaz de romper com a tradição de exclusão social, mas, ao mesmo tempo, ao introduzir certas modernizações, a despeito das formas muitas vezes autoritárias em que foram impostas, não impediu que a diversidade brasileira pudesse, de alguma forma, se organizar, constituindo, também um sentido de nação, uma proposta de Brasil que iria, nos anos seguintes, promover uma intensificação ainda mais ampla dos debates políticos e culturais que permeiam, entre outros, as relações entre capital e trabalho.

A tradição brasileira é, no entanto, também autoritária e não poupou meios para impôr uma modernidade baseada nos valores dos grupos hegemônicos. Passados 10 anos do suicídio de Vargas, um golpe militar pôs fim ao que restara de um ambiente democrático que se produziu depois de encerrado o Estado Novo, 1945. Ao mesmo tempo, à multiplicação dos canais radiofônicos e da produção cinematográfica veio se somar a televisão. Além disso, a partir da década de 1980 e coincidindo com o início do processo de redemocratização do país, a chegada da internet e de outros sistemas digitais que permitem um amplo fluxo de textos escritos, imagens e sons parece indicar que o livro ou mesmo os jornais se tornaram obsoletos.

³⁰⁶Ibidem.

Neste sentido, a tarefa de dar circulação ao conhecimento, à informação e, ao mesmo tempo, servir à memória dos homens não estaria mais reservada aos tradicionais suportes da escrita, tornando também o leitor algo, se não raro, anacrônico. Isso pode ser facilmente constatado pela ostensiva presença nos espaços públicos e privados dos aparelhos de rádio e de televisão e, agora, de computadores, contrastando com as constantes queixas quanto à escassez de leitura e à diminuição das tiragens da escrita impressa, sobretudo livros e jornais. Assim sendo, a supremacia dos meios eletrônicos podem fazer crer que a escrita perdeu de vez sua força e muitos de seus adeptos teriam voltado suas apostas para o audiovisual. À parte isso, recentemente, o governo brasileiro vem desenvolvendo ações que pretendem estimular o ato de ler livros, inclusive, através de uma lei específica e que ficou conhecida como *Lei do Livro*.

À guisa de conclusão deste trabalho, são essas questões que pretendo rever, tentando identificar alguns aspectos do leitor que, em plena a “era dos meios eletrônicos”, a sociedade brasileira pretende forjar. O que haveria de específico nos projetos de multiplicação de leitores, hoje, em curso no Brasil? A constituição de um público de receptores que lidam cotidianamente com uma variedade de suportes e de conteúdos trazem novamente questões que dizem de receptores “frívolos” e “graves”. Alguns fariam uso destas novas tecnologias para o lazer, passatempo ou, em alguns casos, com propósitos perniciosos. Tais questões, embora tenham algum ineditismo, sinalizam permanências e retomam acaloradas discussões que dizem do “mau uso” dos bens culturais.